CRMVSP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 89

Ano 30 - Fevereiro 2023

Sisbi: Sistema Brasileiro de Inspeção garante segurança alimentar e incentiva regularização

Tecnologia inédita de sexagem de peixes tem como diferencial a precisão nos resultados

Agenda ESG abre oportunidades de atuação para médicos-veterinários e zootecnistas

ÍNDICE

4 **Por dentro do Conselho**

8 **Você no CRMV**
Ricardo Moreira Calil: "A profissão me deu a oportunidade de trabalhar não só para os animais, mas também para os humanos e para o meio ambiente, o que hoje se traduz em Saúde Única"

9 **Entrevista**
"O objetivo do Sisbi-Poa é padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção, garantindo inocuidade e segurança dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros", afirma Amélia Cristina Cruz da Silva Teixeira

11 **Especial**
Sisbi-Poa garante segurança alimentar e desenvolvimento socieconômico local e regional

18 **Perspectiva**
Campanha auxilia estudantes na escolha do curso superior em Medicina Veterinária

19 **Opinião**
Consórcios intermunicipais: alternativas para a promoção de saúde e desenvolvimento

20 **Perspectiva**
Balanço CRMV-SP 2022 mostra dinamismo e investimentos nas diferentes áreas

22 **Empreender**
Agenda ESG traz grandes oportunidades de desenvolvimento profissional

24 **Perspectiva**
CRMV-SP muda conceito da fiscalização e fecha 2022 com saldo positivo

26 **Fazendo a difereça**
Teste de sexagem de pirarucu e tambaqui auxilia na formação de plantel

28 **Perspectiva**
CRMV-SP Escuta encerra programação de 2022 com edições em Marília e em Registro

30 **Perspectiva**
Profissionais de destaque são premiados em cerimônia realizada em São Paulo

34 **Nas Comissões**

36 **Atualize-se**

37 **Publicações Oficiais**

37 **Transparência**

FALE COM A REDAÇÃO

Endereço: Rua Vergueiro, 1753/1759 - 1º, 4º e 5º andares
Vila Mariana - CEP: 04101-000 - São Paulo (SP)
***E-mail*:** comunicacao@crmvsp.gov.br

fb.com/crmvsp @crmv_sp @crmvsp

www.crmvsp.gov.br
Acesse e confira o conteúdo exclusivo.

CRMV SP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Informativo 89 – 2023

Diretoria Executiva
Presidente: méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero. ***Vice-presidente:*** méd.-vet. Fábio Manhoso. ***Secretário-geral:*** méd.-vet. Fernando Gomes Buchala. ***Tesoureira***: méd.-vet. Rosemary Viola Bosch. ***Conselheiros efetivos:*** méd.-vet. Carlos Eduardo Larsson; méd.-vet. Mirela Tinucci Costa; méd.-vet. Mussi Antonio de Lacerda; méd.-vet. Rogério Arno Miranda; méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos; méd.-vet. Suely Stringari de Souza. ***Conselheiros suplentes:*** zoot. Ana Cláudia Ambiel Corral Camargo; méd.-vet. Felipe Consentini; méd.- vet. Martin Jacques Cavaliero; méd.-vet. Raphael Marco Blech Hamaoui; méd.-vet. Rodrigo Soares Mainardi. ***Chefe de gabinete:*** Renata da Silva Rezende.

Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento

Araçatuba | Rua Oscar Rodrigues Alves, nº 55, 7º andar, sala 12, Araçatuba (SP). Fone: (18) 3622-6156
E-mail: dr.aracatuba@crmvsp.gov.br

Botucatu | Rua Amando de Barros, nº 1.040, salas 601 a 604, Botucatu (SP). Fone: (14) 3815-6839
E-mail: dr.botucatu@crmvsp.gov.br

Campinas | Av. Dr. Campos Sales, nº 532, sala 23, Centro, Campinas (SP). Fone: (19) 3236-2447
E-mail: dr.campinas@crmvsp.gov.br

Marília | Av. Rio Branco, nº 936, 7º andar, conj. 73, Marília (SP). Fone: (14) 3422-5011
E-mail: dr.marilia@crmvsp.gov.br

Presidente Prudente | Av. Cel. José Soares Marcondes, nº 983, sala 61, Presidente Prudente (SP). Fone: (18) 3221-4303
E-mail: dr.prudente@crmvsp.gov.br

Ribeirão Preto | Rua Visconde de Inhaúma, nº 490, conj. 306 a 308, Ribeirão Preto (SP) . Fone: (16) 3636-0261
E-mail: dr.ribeirao@crmvsp.gov.br

Santos | Av. Almirante Cochrane, nº 194, conj. 52, Aparecida, Santos (SP). Fone: (13) 3227-6395
E-mail: dr.santos@crmvsp.gov.br

São José do Rio Preto | Rua Marechal Deodoro, nº 3.011, 8º andar. Fone: (17) 3235-1045
E-mail: dr.riopreto@crmvsp.gov.br

Sorocaba | Rua Riachuelo, nº 460, 10º andar, sala 1.005, Jardim Vergueiro, Sorocaba (SP). Fone/fax: (15) 3224-2197
E-mail: dr.sorocaba@crmvsp.gov.br

Taubaté | Rua Jacques Felix, nº 615, Centro, Taubaté (SP), caixa-postal 52. Fone: (12) 3632-2188
E-mail: dr.taubate@crmvsp.gov.br

Coordenadoria de Comunicação e Eventos
Editor responsável: méd.-vet. Silvio Arruda Vasconcellos
Jornalista responsável: Laís Domingues – MTB: 59.079/SP
E-mail: comunicacao@crmvsp.gov.br
Redação: Gisele Donato – MTB 22.429/SP
Colaboração: Camila Garcia - MTB 60.003/SP

Sede do CRMV-SP
Rua Vergueiro, nº 1753/1759, 1º, 4º e 5º andares
Vila Mariana, São Paulo (SP) - CEP 04101-000
Fone: (11) 5908-4799
www.crmvsp.gov.br

Projeto gráfico: Mota Produções
Diagramação: Gustavo Versiani | Mota Produções
Revisão: Anderson Floriano | Mota Produções
Capa: Mota Produções

Odemilson Donizete Mossero
Presidente do CRMV-SP

ACERVO CRMV-SP

PELO FORTALECIMENTO DAS PROFISSÕES

Nossa atuação, em 2022, foi de muito esforço pela conscientização da necessidade de um melhor engajamento político por parte dos médicos-veterinários e zootecnistas e pela qualidade do ensino oferecido pelas instituições, que lançam cada vez mais profissionais no mercado.

A aproximação do Conselho com as classes é uma de nossas missões, o que, de fato, fizemos no ano que se findou. A intenção foi e continua sendo não só de acolhimento, mas de valorização da Medicina Veterinária e da Zootecnia. Por isso, 2023 será mais um ano intenso. Continuaremos visitando os quatro cantos do Estado, com o CRMV-SP Escuta, e ouvindo as demandas e necessidades dos colegas para, a partir daí, desenvolvermos estratégias que possam contribuir para melhorar o dia a dia dos profissionais.

Além de fomentar o engajamento, seguiremos visitando instituições – como, por exemplo, o Biotério e a Ceua da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde estivemos recentemente, entre outras –, que nos ajudem a mostrar a amplitude de atuação e, assim, fazer chegar à sociedade o real valor de nossas profissões.

Com relação à Educação, somos contrários ao ensino a distância (EaD) integral na formação de médicos-veterinários, dadas as peculiaridades intrínsecas da profissão, e, como presidente do Conselho, ressalto que qualidade é nossa preocupação constante. Preocupação essa que permeia também o trabalho intenso de nossas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho, que frequentemente discutem e nos assessoram nas pautas relacionadas ao desenvolvimento das diversas áreas de atuação de médicos-veterinários e zootecnistas.

Nesta edição do Informativo CRMV-SP, a matéria especial é sobre o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa), que padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal, garantindo a segurança alimentar e impulsionando ao desenvolvimento socioeconômico regional.

Vale ressaltar também a editoria Empreender, que traz uma matéria sobre a importância das empresas estarem alinhadas à Agenda ESG (em inglês environmental, social and governance), que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização, e se destaca, atualmente, como mais uma área potencial de atuação.

Sendo assim, reafirmamos que o Conselho é de todos, lema implantado desde a primeira gestão do Dr. Francisco Cavalcante de Almeida, seguido pelo Dr. Mario Eduardo Pulga e, agora, por nós. Continuaremos de braços abertos aos médicos-veterinários e zootecnistas para que, juntos, possamos construir uma realidade onde as classes sejam cada vez mais atuantes e valorizadas pela sociedade.

A busca pela integração de todos nós profissionais da Medicina Veterinária e da Zootecnia será contínua. Dessa forma, sairemos fortalecidos!

Boa leitura!

CRMV-SP visita Comissão de Ética e Biotério Central da Faculdade de Medicina da USP

O presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Odemilson Donizete Mossero, ao lado da tesoureira Rosemary Viola Bosch, representante do Conselho na Ceua/FM-USP, visitou, em novembro, a Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) e o Biotério Central da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP).

"Fiquei encantado com o que vi, dado o profissionalismo existente nas análises dos projetos de pesquisa que obrigatoriamente passam por essa Comissão para aprovação prévia com relação ao uso, com o devido respeito ao bem-estar desses animais. Vi uma ação multiprofissional, analisando de forma muito séria os projetos e focando como decisão final no animal em si que vai ser o balizador dessa pesquisa e cujo resultado trará benefício à saúde humana", enfatiza Mossero.

O coordenador da Ceua, o médico-veterinário Eduardo Pompeu, viu com muita satisfação essa aproximação, primeiro como uma oportunidade dos médicos-veterinários conhecerem melhor mais uma área de atuação importante da profissão. "As maiores instituições de ensino e pesquisa no Brasil, que usam animais como modelo para treinamento ou pesquisa, precisam instituir uma Ceua e necessitam ter médicos-veterinários capacitados. Por isso é primordial o apoio de nossa entidade de classe até para sugerir que as instituições ou faculdades veterinárias formem profissionais que tenham consciência da importância da pesquisa com uso de animais."

ACERVO CRMV-SP

Presidentes de conselhos de Saúde se reúnem no CREF4/SP

No início de novembro, o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, participou da Reunião dos Presidentes dos Conselhos da Área da Saúde, organizada pelo Fórum dos Conselhos de Atividades Fim da Saúde de São Paulo (FCAFS), na sede do Conselho Regional de Educação Física do Estado de São Paulo (CREF4/SP).

Na oportunidade, presidentes e representantes de Conselhos que integram a área da saúde reuniram-se para discutir sobre os desafios das profissões e o ensino a distância, modalidade polêmica que ganhou força durante a pandemia. Atualmente, o Fórum, coordenado pelo CREF4/SP, abrange as 15 áreas da saúde e os 14 conselhos profissionais do setor. Além do CRMV-SP e do CREF4/SP, marcaram presença também os representantes do CRBio-01, CRBM-01, Coren-SP, CRF-SP, Crefito3, Crefono2, Crosp, CRP-SP, e Cress-SP.

CREF4SP

Conselho participa de reunião sobre dispensário de medicamentos em Sorocaba

O representante regional, Felipe Consentini; o coordenador jurídico, Bruno Fassoni; e o coordenador técnico médico-veterinário, Leonardo Burlini, se reuniram com a equipe da Vigilância Sanitária (Visa) de Sorocaba para discutir sobre a autonomia do médico-veterinário ser o responsável técnico (RT) do dispensário de medicamentos de uso humano em estabelecimentos médico-veterinários (ambulatórios, consultórios, clínicas e hospitais veterinários).

Na ocasião, foi debatido também o procedimento de emissão da Licença Sanitária (LS). A reunião ocorreu no gabinete do vereador Ítalo Moreira, em Sorocaba, e contou com a presença da chefe da Vigilância em Saúde, Ana Paula Diegues Trindade.

VISA SOROCABA

CRMV-SP recebe orientações e auditoria do CFMV

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) realizou, de 07 a 11/11, auditoria no CRMV-SP com o objetivo de avaliar a transparência e regularidade dos procedimentos adotados nos diferentes setores do Regional, bem como orientar e analisar os fluxos e processos de trabalho.

A equipe foi composta pelos seguintes servidores: Lucas de Sousa Dias, controlador; Elizeu Filho Solano de Holanda, contador; Janaína Lobão Sampaio Calheiros, assistente; Carlos Henrique Silva Pontes, administrador; e Renata Touguinha Neves Medina, advogada.

ACERVO CRMV-SP

Diretor de Tecnologia da Informação do CFMV visita Regional

O presidente Odemilson Donizete Mossero, ao lado do coordenador de Tecnologia da Informação do CRMV-SP, Marcos Lima, recebeu o diretor de Tecnologia da Informação do CFMV, Marcos Paulo del Fiaco, e o tesoureiro do Federal, José Maria dos Santos Filho.

Durante a reunião, foram discutidas questões a respeito dos sistemas utilizados pelas instituições, o Siscad e a SIG CRMV-SP, visando o aprimoramento dos serviços a fim de atender os profissionais inscritos da melhor forma possível.

ACERVO CRMV-SP

Presidente do CFMV visita sede do Regional em fase final de reforma

Em dezembro, o presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Francisco Cavalcanti de Almeida, acompanhado pelo presidente do Regional, Odemilson Donizete Mossero; pela tesoureira, Rosemary Viola Bosch; pelo engenheiro Lúcio Otávio Freitas; e pela coordenadora administrativa, Lenice Ferreira, visitou a sede do CRMV-SP, que passa pela fase final de reforma.

A reestruturação visa adequar as instalações à legislação vigente, garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência, modernização e recuperação estrutural para maior segurança, a fim de oferecer as melhores condições de atendimento aos médicos-veterinários, zootecnistas e à sociedade.

ACERVO CRMV-SP

SAIU NA **MÍDIA**

Presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, e o presidente da Comissão Técnica de Políticas Públicas do Regional, Raphael Hamoui, concedem entrevista ao programa "Quadro Notícias" da TV Canal 4

Durante os meses de outubro a dezembro, os profissionais do CRMV-SP foram consultados pela mídia sobre pautas relacionadas ao abandono de animais, Outubro Rosa, proteção e bem-estar de animais silvestres e de laboratório e Homeopatia Veterinária. ■

Total de inserções na mídia

Outubro	09
Novembro	47
Dezembro	64
Total	**120**

Veículos

Cães & Gatos; UOL, Band Multi, R7, Jornal de Brasília, Gazeta de Pinheiros, Portal Brasil Alemanha News, Gazeta do Sul, Estadão, Folha de São Paulo.

Movimentação dos Processos Éticos*

Denúncias recebidas:	32
Denúncias arquivadas:	31
Processos éticos instaurados:	50
Processos éticos julgados:	32

Fiscalizações*

Empresas inscritas fiscalizadas:	1011
Empresas não inscritas:	271
Autos de infração lavrados:	629
Fiscalizações no período:	1282

Total de empresas fiscalizadas por Urfa's*

Sede:	306
Marília:	102
Campinas:	49
Sorocaba:	98
Taubaté:	02
São José do Rio Preto:	302
Araçatuba:	108
Santos:	74
Ribeirão Preto:	69
Botucatu:	37
Presidente Prudente:	135

*Período: outubro, novembro e dezembro/2022

ACERVO CRMV-SP

RICARDO MOREIRA CALIL: "A PROFISSÃO ME DEU A OPORTUNIDADE DE TRABALHAR NÃO SÓ PARA OS ANIMAIS, MAS TAMBÉM PARA OS HUMANOS E PARA O MEIO AMBIENTE, O QUE HOJE SE TRADUZ EM SAÚDE ÚNICA"

Médico-veterinário é presidente da Comissão Técnica de Alimentos do CRMV-SP

Quando Ricardo Moreira Calil prestou vestibular, a Medicina Veterinária era sua segunda opção, a primeira era Medicina (Humana). Mas assim que saiu o resultado, não titubeou e fez a matrícula para conhecer, afinal, também era Medicina. "Posso dizer que foi muito bom, pois a profissão me deu a oportunidade de trabalhar não só para os animais, mas também para os humanos e para o meio ambiente, o que hoje se traduz em Saúde Única", enfatiza o presidente da Comissão Técnica de Alimentos do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP).

Calil observa que, atualmente, os alunos escolhem a Medicina Veterinária por diferentes motivos, mas nem sempre alinhados com a realidade do exercício profissional. "Conhecer esta profissão em sua amplitude não é fácil, talvez seja uma das mais difíceis".

Graduado em Medicina Veterinária e Zootecnia e em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado em Saúde Pública também pela USP, Calil trabalhou, por 48 anos, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) como auditor fiscal federal agropecuário, realizando atividades no Serviço de Inspeção Federal (SIF) em São Paulo. Atualmente, é professor de cursos de graduação e pós-graduação.

Sua carreira começou ainda durante a graduação, como estagiário no Frigorífico Swift, localizado em Utinga, na cidade de Santo André, com a ajuda de um tio que trabalhava na área comercial da empresa. "Sem dúvida, este estágio foi o divisor de águas no início da minha vida profissional, pois entendi, na prática, a importância do trabalho do médico-veterinário. Estagiei com um colega experiente do Serviço de Inspeção Federal (SIF), o Dr. Rinaldo Gissoni, com quem aprendi a dar os primeiros passos na inspeção dos produtos de origem animal, a quem, aproveito nesta oportunidade para reverenciar e agradecer a oportunidade e os conhecimentos adquiridos", ressalta Calil.

Nos 48 anos de trabalho no SIF, uma das várias experiências relevantes que teve, Calil destaca um trabalho em que participou ainda muito jovem, recém-formado, que foi a federalização da inspeção no Brasil, na década de 1970, quando o Governo Federal unificou o trabalho da inspeção dos produtos de origem animal em todo território nacional, começando com um levantamento das condições dos estabelecimentos que tinham inspeção estadual e municipal e, a partir daí, realizou a reformulação de todo sistema, adequando as indústrias às normativas modernas e compatíveis com a inspeção realizada nos países mais exigentes em termos de segurança dos alimentos.

"Foi, sem dúvida, um grande desafio, capitaneado por colegas experientes e determinados, como Dr. Rui Brandão Caldas e Dr. José Cristovam dos Santos, este ainda entre nós, e na pessoa deles faço uma homenagem ao grande trabalho realizado, que repercute até os dias de hoje, com o parque industrial moderno e que proporcionou ao País se tornar cada vez mais exportador de carnes, pela qualidade e confiabilidade das empresas e do SIF", salienta o presidente da Comissão Técnica de Alimentos do CRMV-SP.

Da turma de 1970 da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ-USP), Calil acompanhou o início das atividades do Conselho, no final da década de 1960, e seu primeiro contato foi ao se formar, quando teve que apresentar a documentação para tirar a cédula de identidade profissional e poder trabalhar conforme determina a Lei nº 5517.

Atualmente, como presidente, o médico-veterinário destaca a importância da Comissão Técnica de Alimentos do CRMV-SP, a qual considera a "cereja do bolo" por ter sido a primeira a ser criada no País por um grupo de colegas atuantes na área de segurança de alimentos que sentiram a necessidade de uma representação no órgão de classe para discussão e aperfeiçoamento da atuação dos colegas dentro dos ditames da legislação.

"Na época, nossas reuniões ainda eram extra Conselho e, portanto, não oficiais, não havia comissões como atualmente. Assim, colegas como Inajá Mendes, Suely Stringari, que presidiu por longo período a comissão, já formalizada, Daniel Bertuzzi, Nadia Dias, José Cesar Panetta e outros tantos colegas, que peço perdão por não lembrar agora, contribuíram para que a nossa comissão servisse como exemplo a outros Conselhos e pudesse cumprir o seu papel dentro das expectativas almejadas", afirma Calil.

Para Calil, a importância da atuação do Conselho para a valorização dos profissionais está relacionada em primeiro lugar, principalmente no caso do Regional São Paulo, ao número expressivo de profissionais, o que exige um esforço maior de trabalho e a necessidade de infraestrutura para dar suporte às atividades inerentes à fiscalização, que embora muitos colegas não entendam, exerce um papel fundamental no controle do exercício profissional, ainda mais com o aumento do número de faculdades de Medicina Veterinária e Zootecnia.

"A fiscalização feita pelo Conselho causa estranheza para muitos colegas, mas é aí que está o valor desta ação, inibindo que práticos realizem procedimentos exclusivos da atividade da Medicina Veterinária e que médicos-veterinários atuem de forma não respeitosa ao código de ética e a legislação pertinente que regula a atividade profissional."

Com sua experiência de quase cinco décadas como auditor fiscal agropecuário, Calil lembra que o trabalho de inspeção no Brasil passou por altos e baixos, em vários períodos, gestões comandadas por pessoas com pouco conhecimento da área, muitas vezes, atrasaram programas importantíssimos para o País. "Em que pese todas as dificuldades, o SIF evoluiu tecnicamente, mas continua enfrentando as dificuldades do passado, com falta de profissionais médicos-veterinários e uma melhor estrutura orgânica, compatível com o tamanho e importância deste serviço público que já passa dos 100 anos de existência." ■

"O OBJETIVO DO SISBI-POA É PADRONIZAR E HARMONIZAR OS PROCEDIMENTOS DE INSPEÇÃO, GARANTINDO INOCUIDADE E SEGURANÇA DOS ALIMENTOS QUE CHEGAM À MESA DOS BRASILEIROS", AFIRMA AMÉLIA CRISTINA CRUZ DA SILVA TEIXEIRA

Gestora do Sistema no estado de São Paulo, a profissional salienta a oportunidade para médicos-veterinários atuarem em um serviço estruturado e relevante para o País

DIVULGAÇÃO/SFA-SP

Em entrevista ao **Informativo CRMV-SP**, a médica-veterinária Amélia Cristina Cruz da Silva Teixeira, auditora fiscal federal agropecuária da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo (SFA-SP), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e gestora do Sisbi-Poa no estado de São Paulo, fala sobre o objetivo e as vantagens da adesão ao Sistema, além das funcionalidades disponibilizadas de forma on-line com o e-Sisbi.

Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), com especialização em Vigilância Sanitária em Alimentos pela Universidade Tuiuti do Paraná e trabalhando no Mapa desde 2001, Amélia aborda, ainda, os benefícios do Sisbi-Poa para a agropecuária paulista e a oportunidade de fortalecimento da atuação de médicos-veterinários no serviço de inspeção. Leia a íntegra:

1- Qual o objetivo do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa)?

O objetivo desse sistema é padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal. Com isso, é garantida a inocuidade e a segurança dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. A ideia central é que os municípios, os estados ou os consórcios públicos intermunicipais comprovem que possuem condições de avaliar esses produtos com a mesma eficiência do Mapa.

2- Como aderir ao Sisbi-Poa?

Os requisitos necessários para a adesão foram definidos pelo Mapa e estão publicados na Instrução Normativa nº 17/2020, caso alguém tenha interesse em se aprofundar. Mas, basicamente, é preciso cadastrar o serviço de inspeção, os estabelecimentos e os produtos que serão inspecionados em um sistema chamado e-Sisbi. Em seguida, o interessado deve apresentar o requerimento de solicitação e o programa de trabalho. Há modelos disponíveis na página do Sisbi-Poa no site do Mapa (https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/sisbi-1).

3 - O que é e-Sisbi e quais suas funcionalidades?

É a porta de entrada para o Sisbi. O e-Sisbi é um sistema informatizado composto, inicialmente, pelos módulos SGSI (Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção) e SGE (Sistema de Gestão do Estabelecimento). Os aplicativos podem ser acessados por computador (*desktop*) e por dispositivos móveis (*notebook*, celular e *tablet*). Esse sistema permite gerir os serviços oficiais de inspeção.

4- Quais os benefícios do e-Sisbi?

Como é um recurso de gestão, o principal benefício do e-Sisbi é permitir consultas públicas sobre serviços de inspeção, estabelecimentos e produtos registrados, tudo de forma bem organizada. O acesso completo ao Sistema é controlado com senha, mas mesmo sem uma registrada são obtidas informações como modelos de legislações e programas de trabalho de municípios ou consórcios já aderidos.

5 - Em quais casos o cadastro no e-Sisbi é obrigatório?

É obrigatório para os serviços de inspeção aderidos ao Sisbi-Poa e para os Serviços de Inspeção Municipal (SIM), vinculados a consórcios públicos de municípios interessados no livre comércio de produtos registrados em sua área de atuação. Além disso, é pré-requisito para a obtenção do Selo Arte.

6- Quais as principais vantagens de se aderir ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal?

São muitas. Podemos começar pela facilidade que as agroindústrias locais formalizadas terão para se inserir no mercado. A tendência é que se agregue valor ao produto local, que poderá, por exemplo, se destacar no turismo gastronômico, obter reconhecimento de origem protegida ou selo arte. Outros benefícios são a entrega de alimentos saudáveis para a população e a redução do custo com atendimentos no SUS causados por intoxicação alimentar. Há também a movimentação da economia local, já que o Sisbi, em geral, faz a roda girar, com aumento da arrecadação, atração de novas agroindústrias para a região e ampliação de mercado para as empresas regularizadas. Como consequência, o trabalho e a renda no município costumam aumentar.

O Sisbi faz a roda girar, com aumento da arrecadação, atração de novas agroindústrias para a região e ampliação de mercado para as empresas regularizadas

7- Quais as maiores dificuldades encontradas pelos municípios refletidas na baixa adesão ao Sisbi-Poa, por exemplo, no estado de São Paulo?

Pelo que temos acompanhado, a inexistência ou desatualização de legislações municipais (lei e decreto) tem sido uma dessas dificuldades. Outra é a não contratação de médico-veterinário concursado, que pode ser pela CLT ou estatutário, mas é uma exigência para a adesão. Uma terceira dificuldade seria a não realização de análises laboratoriais oficiais.

8- Além de harmonizar o serviço de inspeção, como o Sisbi-Poa pode fortalecer a classe médica-veterinária?

Como a Instrução Normativa nº 17/2020, em seu Artigo 3º, apresenta como requisito para o reconhecimento da equivalência a disposição de médicos-veterinários e auxiliares de inspeção capacitados em número compatível com as atividades de inspeção e fiscalização desenvolvidas, entendemos que é uma oportunidade para que esses profissionais atuem em um serviço estruturado, sério e muito relevante para o País.

9- Podemos dizer que o reconhecimento da equivalência do SIM de municípios do estado de São Paulo ao Sisbi-Poa é uma conquista para a agropecuária paulista?

Certamente, e o estado de São Paulo desponta como o segundo com maior número de municípios aderidos individualmente, com o total de oito (perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, que tem 15). Destacamos a estratégia adotada pelo Mapa de impulsionar a adesão via consórcio público intermunicipal. Temos dois consórcios participando do projeto ConSim. Então, ao final de 2023, há a perspectiva de que dois consórcios do estado de São Paulo sejam aderidos, podendo beneficiar a até 44 municípios. ■

SISBI-POA GARANTE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL E REGIONAL

Além de incentivar a regularização dos estabelecimentos, o Sistema de Inspeção do Mapa abre um enorme campo de trabalho para os médicos-veterinários

FREEPIK

Ao mesmo tempo em que padroniza e harmoniza os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal, garantindo a segurança alimentar, a adesão de municípios ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-Poa) impulsiona o desenvolvimento de toda a região e combate a clandestinidade.

A auditora fiscal federal agropecuária da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo (SFA-SP), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e gestora do Sisbi-Poa no estado de São Paulo, Amélia Cristina Cruz da Silva Teixeira, personagem da Entrevista desta edição (pág. 9), refere que a porta de entrada para o Sisbi-Poa é o cadastro no e-Sisbi.

O novo sistema eletrônico, além de facilitar o desenvolvimento de políticas públicas, permite o acesso a treinamentos gratuitos promovidos pelo Mapa e proporciona maior integração entre os serviços. O e-Sisbi possibilita o cadastro e a gestão dos serviços de inspeção (SI) de produtos de origem animal, vegetal e insumos agropecuários vinculados aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e a consórcios públicos municipais.

O e-Sisbi, que também oferece acesso público para consultas sobre SI, estabelecimentos e produtos registrados, é composto, inicialmente, pelos módulos: Sistema de Gestão de Serviços de Inspeção (SGSI); e pelo Sistema de Gestão do Estabelecimento (SGE). Os aplicativos podem ser acessados por computador e por dispositivos móveis (*notebook*, celular e *tablet*).

As principais vantagens e impactos positivos da adesão ao Sisbi-Poa incluem a geração de desenvolvimento socioeconômico local e regional, por meio de abertura de novos mercados além dos limites territoriais do município e do estado.

A médica-veterinária Claudia Jageneski Pereira, auditora fiscal federal agropecuária do Mapa, destaca que as vantagens da adesão permeiam todos os envolvidos, primeiro para os SI de estados e municípios, devido ao aprimoramento profissional do corpo técnico desses serviços, a partir da disseminação de conhecimentos do Sistema de Inspeção Federal (SIF), um serviço com mais de 100 anos de experiência nessa área.

No caso das empresas e agroindústrias fiscalizadas, a vantagem é a ampliação das possibilidades de comercialização de seus produtos, uma vez que com o selo Sisbi o estabelecimento poderá comercializar para qualquer parte do País, sendo que, na atualidade, a atividade está restrita ao município ou estado de atuação. Já para os gestores dos entes federados é uma forma de aumentar emprego e renda em suas regiões, pois após a adesão ao Sisbi-Poa há um crescimento substancial nas empresas e agroindústrias locais. "Mas, sem dúvida, os maiores beneficiados são os consumidores, que ficam muito mais seguros por terem acesso a produtos de origem animal devidamente inspecionados", destaca a auditora fiscal.

ADAPTADO DE FREEPIK

ACERVO PESSOAL/ CLÁUDIA JAGENESKI PEREIRA

Claudia Jageneski Pereira

Cláudia ressalta, ainda, que as agroindústrias locais, usufruindo o direito de estarem regularizadas no SIM, poderão comercializar para quaisquer outros municípios do País, conquistando o devido reconhecimento de seus produtos e fortalecendo a sua marca e sua presença em território nacional, saindo por vezes do risco da clandestinidade como muitas se encontram. "A população poderá consumir produtos de origem animal seguros, com conhecimento sobre a sua procedência e qualidade. O crescimento da economia local é o resultado desse processo, porque com maior demanda dos consumidores as agroindústrias investem no crescimento de seus negócios, gerando emprego e renda."

Fernanda Mallet Soares, médica-veterinária e auditora fiscal federal agropecuária do Mapa, que atua junto a estabelecimentos sob SIF do 6º Sipoa e auditora do Sisbi-Poa, cita, como vantagem da adesão, a circulação de maior volume de dinheiro no comércio local, aumentando, assim, a arrecadação de tributos do município. "Para a agroindústria familiar, o principal impacto está na ampliação de mercados para os produtos fiscalizados e a inserção de tais produtos no mercado formal, seja ele local, regional ou nacional."

"No caso da saúde pública o impacto se dá em relação ao risco à saúde atribuído

ao consumo de produtos sem a devida fiscalização pelo órgão competente. Sem garantia da inocuidade dos produtos de origem animal, diversas doenças podem ser transmitidas pelos alimentos", enfatiza a auditora do Sisbi-Poa.

O incentivo à regularização de estabelecimentos é outro ponto positivo, segundo a médica-veterinária Aline Soares Nunes, auditora fiscal federal agropecuária do Mapa, atuando na coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), vinculado ao Departamento de Suporte e Normas, em Brasília (DF). A profissional destaca também o incremento das ações de combate à fraude e clandestinidade, eliminando a concorrência desleal, e a melhor fundamentação da fiscalização em critérios técnicos harmonizados com a legislação federal.

"Em todos os serviços que aderiram ao Sisbi houve incremento da regularização dos estabelecimentos na região, aumento da produção local, maior oferta de emprego e renda, bem como produtos de melhor qualidade", ressalta Aline.

Serviço – Manuais e tutoriais relacionados ao e-Sisbi, acesse o link: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa/manuais-e-tutoriais-do-e-sisbi/ManualSGESGSI.pdf

Mesmo com as vantagens que o Sisbi-Poa proporciona aos municípios, ainda há pouca adesão no estado de São Paulo e isso se explica por vários fatores. Entre eles, Cláudia ressalta uma dificuldade nacional, que é a adequação das prefeituras de municípios menores para efetuarem a implantação efetiva dos serviços de inspeção municipais (SIM).

"No Sul do País, já existe um número maior de municípios aderidos, porque eles se organizaram para oferecerem esse serviço de inspeção executado ou coordenado pelo consórcio. Dessa forma, além de ser mais viável economicamente aos municípios menores, há a padronização das ações do Serviço em toda a área do Consórcio, culminando em uma quantidade muito maior de municípios aderidos", afirma Cláudia.

Aline pontua que os maiores desafios enfrentados pelos municípios, incluem: a disponibilidade de médicos-veterinários concursados, a legislação e procedimentos harmonizados com a legislação federal e a existência de laboratórios para a realização de análises oficiais.

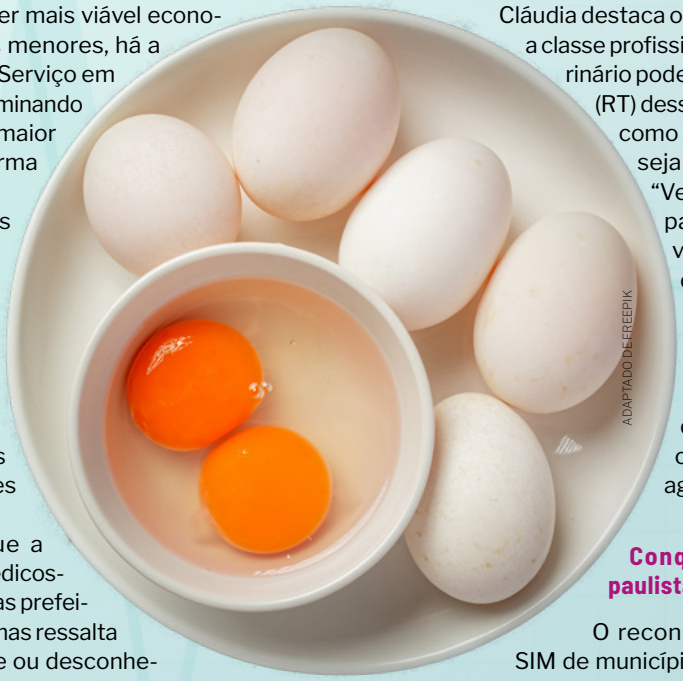
Fernanda concorda que a ausência de profissionais médicos-veterinários concursados nas prefeituras seja um dos desafios, mas ressalta também a falta de interesse ou desconhecimento dos gestores, além da inexistência ou desatualização das legislações referentes à fiscalização/inspeção de produtos de origem animal. "Diversos municípios sequer possuem um Serviço de Inspeção Municipal e quando possuem, apresentam diversas dificuldades de operacionalização", explica a auditora do Sisbi-Poa.

Cabe destacar que a adesão ao Sisbi é voluntária e o selo é concedido a pedido do serviço de inspeção interessado. "O Sisbi-Poa não substitui a fiscalização dos serviços municipais e estaduais, estes continuam sendo as autoridades responsáveis pela fiscalização dos estabelecimentos, bem como geram a inserção e a retirada de empresas do Sistema. A intenção do Sisbi é a integração para que os serviços estaduais e municipais alcancem um índice de conformidade nacional elevado", ressalta Aline.

Fortalecendo a classe médica-veterinária

A inspeção de produtos de origem animal é privativa do médico-veterinário. Fernanda lembra que a adesão ao Sisbi-Poa tem como requisito obrigatório para o reconhecimento de equivalência dispor de profissionais médicos-veterinários capacitados, em número compatível com as atividades de inspeção e fiscalização desenvolvidas, com poderes legais para realizar as ações com imparcialidade e independência (IN nº 17/2020). "É uma oportunidade enorme para que os médicos-veterinários possam atuar na inspeção de alimentos, visto o potencial de nosso País."

Para Aline a adesão possibilita uma maior segurança na atuação, com fundamentação em critérios harmonizados pela coordenação federal pelo Mapa; intercâmbio de informações e experiências com o Ministério e com os demais serviços aderidos ao Sistema. "Além de apoio no esclarecimento de dúvidas técnicas e legais para a atuação; apoio para capacitações, harmonização de procedimentos e entendimentos técnicos com o âmbito federal, fortalecendo as atuações nas outras esferas."


ADAPTADO DE FREEPIK

Cláudia destaca o enorme campo que se abre para a classe profissional, uma vez que o médico-veterinário pode atuar como responsável técnico (RT) dessas empresas e agroindústrias, ou como fiscal dos Serviços de Inspeção, seja municipal, estadual ou federal. "Vejo ainda um campo abrangente para consultorias técnicas tanto voltadas para as prefeituras, que queiram implantar o SIM, como para as que buscam se adequar visando à adesão ao Sisbi. Porém, esse é um campo ainda pouco explorado, muitas vezes, por falta de profissionais com experiência", salienta a auditora fiscal agropecuária.

Conquistas para a agropecuária paulista

O reconhecimento da equivalência do SIM de municípios paulistas ao Sisbi-Poa é uma conquista para a agropecuária paulista, mas, para Cláudia, ainda há muito que avançar. Destaca, contudo, que, no momento, em várias regiões do estado de São Paulo, há municípios

ACERVO PESSOAL/FERNANDA MALLET SOARES

Fernanda Mallet Soares

que estão se organizando na forma de consórcios.

"Na realidade, muitos deles são consorciados para a execução de outros serviços, como iluminação pública e saneamento, por exemplo. No entanto, precisam incluir a finalidade 'Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal' nos seus Protocolos de Intenções para que possam ampliar a atuação dos SIMs de forma padronizada em suas regiões. No entanto, os municípios também podem solicitar a adesão ao Sisbi de forma individual. Inclusive, vários já estão em processo de avaliação e, em breve, deveremos ter mais municípios aderidos no estado de São Paulo", enfatiza Cláudia.

Com bastante otimismo, Fernanda ressalta que a equivalência é uma conquista para as agroindústrias, para a população em geral e para o País, tanto no atendimento e adequações às legislações, como na produção de alimentos seguros, na melhoria da qualidade dos produtos ofertados e na disponibilidade de comercialização a nível nacional dos produtos locais/regionais.

A atuação dos RTs

Com a nova proposta, a importância da orientação dos responsáveis técnicos (RTs), bem como o fortalecimento do papel que eles desempenham perante a sociedade se faz ainda mais relevante. "Os responsáveis técnicos são essenciais nesse processo. As empresas e agroindústrias precisam das orientações desses profissionais que são os que detêm o conhecimento de como gerenciar os riscos existentes na produção dos produtos de origem animal, desde o conhecimento da obtenção de matéria-prima segura, incluindo todos os procedimentos de controle dos riscos existentes durante os processos de fabricação", afirma Cláudia.

Amélia salienta ainda que o papel dos RTs é fundamental, pois eles devem estar preparados para orientar as empresas sobre plantas adequadas dos estabelecimentos, registro de rotulagens, autocontrole e outras informações técnicas. "Sem eles, a rotina das agroindústrias seria muito mais difícil e os produtos que chegam à sociedade não teriam a mesma qualidade."

Fernanda considera que a atuação do RT é de suma importância para o desenvolvimento, implementação e monitoramento dos programas de autocontrole das empresas, pois ele é o responsável pela garantia da qualidade e a inocuidade dos processos e produtos. "Esses profissionais estão presentes no dia a dia das indústrias, orientando também sobre todo o procedimento de registro dos estabelecimentos, assim como dos produtos e seus respectivos rótulos. Devem ser capacitados para desenvolverem esse trabalho junto às agroindústrias e assumem a função de 'elo de ligação', tecnicamente falando, entre os produtores/empresários e os órgãos de fiscalização", ressalta a auditora fiscal.

Suasa

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), do qual o Sisbi-Poa faz parte, tem promovido diversas capacitações voltadas aos profissionais, como:

- "Entendendo o Suasa": curso destinado a servidores e empregados públicos da União, estados, municípios e seus consórcios públicos e demais participantes das cadeias produtivas do setor agropecuário brasileiro;
- "Requisitos básicos da inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal para serviços de inspeção aderidos ou com intenção na adesão ao Sisbi-Poa": destinado, exclusivamente, a coordenadores e servidores com formação em Medicina Veterinária ou técnicos do serviço de inspeção oficial;
- "Noções de Boas Práticas Regulatórias Destinadas à Produção Normativa Afeta à Defesa": curso destinado a gestores e técnicos que atuam na área de regulamentação dos serviços de inspeção oficiais e órgãos de defesa agropecuária, setor regulado e sociedade em geral;

ADAPTADO DE FREEPIK

- "Procedimentos de inspeção *ante* e *post mortem* de animais de abate para SIs aderidos ao Sisbi-Poa": destinado a médicos-veterinários e técnicos do serviço de inspeção oficial;
- "Harmonização dos procedimentos de coleta e interpretação de resultados": destinado, exclusivamente, a servidores e empregados do Mapa, dos órgãos estaduais, dos municípios e seus consórcios públicos, que atuam em serviços oficiais de inspeção de produtos de origem animal;
- "Curso de APPCC": destinado a médicos-veterinários e técnicos dos serviços oficiais; responsáveis técnicos de estabelecimentos; proprietários e colaboradores de estabelecimentos fabricantes de produtos de origem animal registrados em serviços de inspeção estadual, distrital ou municipal (individual ou consorciado), com cadastros ativos no sistema e-Sisbi;
- "Curso Básico de Auditoria": destinado, exclusivamente, a servidores do Mapa, servidor de Serviço de Inspeção Estadual, servidor de Serviço de Inspeção Municipal e Serviço de Inspeção de Consórcios Públicos de Municípios.

Aline, que atua na Coordenação do Suasa, explica que para participar das capacitações, basta ter o perfil previsto no curso escolhido e se inscrever no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Ava-Enagro): https://sistemasweb.agricultura.gov.br/avaenagro/

Serviço – Os cursos têm duração de 60 a 120 dias e novas turmas devem ser abertas em 2023. As orientações de cadastro no e-Sisbi estão disponíveis em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-servicos-de-inspecao-estabelecimentos-e-produtos-inspecionados-no-e-SISBI

ARQUIVO PESSOAL/ALINE SOARES MATOS

Aline Soares Matos

Panorama no estado de São Paulo

Algumas categorias como as de mel, lácteos e seus derivados e abatedouros frigoríficos do Estado ainda não aderiram ao Sistema. Amélia refere que, em relação aos abatedouros frigoríficos, o impasse fica por conta da necessidade da inspeção ser em caráter permanente. Por outro lado, as categorias de mel e lácteos ainda não foram solicitadas pelo Serviço de Inspeção Estadual.

"Até o momento, já aderiram ao Sisbi-Poa os municípios de Itu, Rio Claro, Ibiúna, Itapetininga, Fernandópolis, Joanópolis, Araraquara e São José do Rio Preto. Podemos dizer que a Superintendência Federal de Agricultura no Estado recebe muitos pedidos de informações e planos de trabalho de municípios que demonstraram interesse inicial. Além dos oito já aderidos, há outros 88, além de seis consórcios, que já realizaram o primeiro passo, que é o cadastro no e-Sisbi. São municípios com potencial de adesão encaminhada, mas, no entanto, ainda faltam alguns procedimentos para a conclusão dos processos", afirma a auditora fiscal agropecuária.

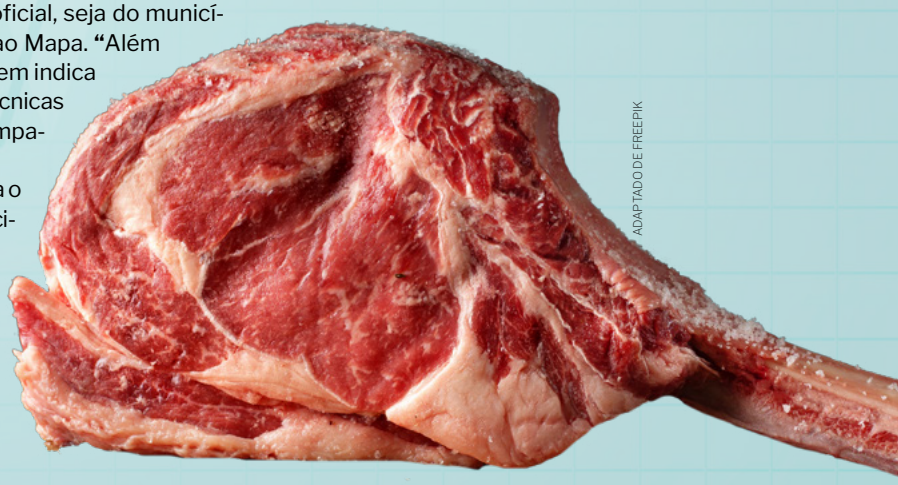
Amélia explica que não há a possibilidade dos estabelecimentos aderirem ao Sisbi-Poa de maneira independente, pois o serviço oficial, seja do município ou do estado, é que faz a solicitação de adesão ao Mapa. **"**Além disso, o município ou estado aderido ao Sistema é quem indica os estabelecimentos que têm interesse e condições técnicas para aderir. Durante o processo, a agroindústria é acompanhada e precisa seguir as exigências previstas."

Por sua vez, o produtor ou empresário que conquista o selo Sisbi-Poa continua se reportando aos serviços municipal e estadual, pois, de acordo com Aline, o serviço no qual o estabelecimento está registrado continua sendo o responsável pela sua fiscalização. "O Mapa audita o Sistema, verificando os controles, procedimentos e atuação no serviço, bem como, verifica se essa atuação na fiscalização do estabelecimento atinge os mesmos objetivos da fiscalização federal", salienta Amélia.

Panorama no Brasil

Atualmente, Aline relata que existem 72 serviços de inspeção aderidos ao Sisbi-Poa, englobando 23 estados da federação e o Distrito Federal, 33 municípios aderidos individualmente e 14 consórcios públicos municipais que alcançaram a inspeção municipal de 282 municípios. Falta adesão dos estados do Acre, Roraima e Amapá.

"Há ainda o incentivo à adesão municipal por meio de consórcios públicos municipais, orientando a adequação de 28 consórcios que correspondem a mais de 500 municípios, distribuídos nos estados do Ceará, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul", explica a auditora fiscal agropecuária.



ADAPTADO DE FREEPIK

Aline destaca também a relevância dos programas do Mapa de avaliação de conformidade nacional, de avaliação laboratorial de parâmetros físico-químicos, microbiológicos e detecção de resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes nos produtos de origem animal nos serviços aderidos ao Sisbi-Poa.

Serviço – Para mais informações, acesse: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa

ACERVO PESSOAL/THIAGO BRAGA IZIDORO

Thiago Braga Izidoro

Equivalência do Sisp

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) reconheceu, no início de 2022, a equivalência do Serviço de Inspeção Produtos de Origem Animal do Estado de São Paulo (Sisp) ao Sisbi-Poa.

Thiago Braga Izidoro, diretor substituto e adjunto do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Cipoa), da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, destaca que o Sisbi-Poa é, acima de tudo, um certificado de excelência, o reconhecimento do trabalho e do criterioso processo de inspeção das indústrias e produtos registrados no Sisp. "A possibilidade de o produto ser comercializado em todo País é um reflexo do status adquirido, que envolve qualidade e segurança alimentar".

"Mas não se pode desconsiderar também o grande ganho comercial e econômico para as indústrias e até para o Estado como um todo. Vide que, a partir da adesão, os estabelecimentos processadores de produtos de origem animal, se aprovados em auditoria, poderão comercializar para todo território nacional", enfatiza o diretor do Cipoa.

Para aderir ao Sisbi-Poa, o serviço estadual passou por melhoria geral, tanto técnica quanto estrutural, com a informatização do sistema de registro, a contratação de novos funcionários e o estabelecimento de um calendário para análise dos produtos que garante a inocuidade dos alimentos. Izidoro ressalta que os produtos, inspecionados pelo Sisp, que já podem ser comercializados em todo o País são os oriundos de indústrias processadoras de produtos cárneos, de pescados e de ovos.

Com o status de equivalência, os municípios e consórcios intermunicipais que pleiteiam adesão ao Sisbi são auditados pela equipe de fiscais do Sisp. "Um dos maiores desafios encontrados, tanto pelo Estado como pelos municípios, acredito que tenha sido o estabelecimento de um calendário e de uma rotina de análises microbiológicas, físico-químicas e organolépticas que garantam a inocuidade dos produtos. Pode parecer simples, mas isso demanda uma logística de colheitas, de transporte, de disponibilidade dos produtos, adequação às demandas dos laboratórios. Analisar um produto requer que muitos fatores 'casem'", salienta o diretor do Cipoa, lembrando ao consumidor que os produtos oriundos de uma empresa autorizada a vender em todo território nacional são obrigatoriamente identificados pelo selo Sisbi.

O diretor do Cipoa afirma, ainda, que, na prática, em médio prazo, todas as quase 600 indústrias registradas no Sisp serão impactadas pela adesão. Atualmente existem cerca de 160 estabelecimentos beneficiadores de carne ou pescados aptos a solicitar adesão.

Reestruturação e valorização

São José do Rio Preto foi o oitavo município a conseguir equivalência ao Sisbi-Poa, em outubro de 2022. Izalco Nuremberg, diretor do Serviço de Inspeção Municipal da Secretaria Municipal de Agricultura de Rio Preto e representante regional do CRMV-SP, refere que a equivalência do SIM ao Sisbi era uma meta e, para isso, o serviço de inspeção municipal foi reestruturado, passando por: adequação da composição da equipe técnica; elaboração/atualização de lei e decreto em consonância com o regulamento de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (Riispoa); elaboração de um sistema eletrônico de gerenciamento totalmente auditável; contratação de um laboratório credenciado ao Mapa; aquisição de veículo próprio para o serviço; e adequação de estrutura física e instalações.

"Foi um longo processo de preparação que incluiu capacitações, implantação de procedimentos administrativos e adequação das empresas registradas/indicadas para a adesão quanto às exigências dos programas de autocontrole e demais legislações vigentes, com um grande investimento das mesmas. Após a conclusão de todas as exigências para a equivalência, encaminhamos o plano de trabalho ao Suasa para avaliação, o qual foi aprovado e, então, foi autorizada a auditoria para constatação da capacidade do serviço", explica Nuremberg.

ACERVO PESSOAL/IZALCO NUREMBERG

Izalco Nuremberg

A contratação de um médico-veterinário responsável pela inspeção municipal é uma das exigências do Mapa para que o município consiga aderir ao Sistema e é também uma nova oportunidade de valorização para a classe. Para o diretor do SIM de Rio Preto, é um reconhecimento profissional para o médico-veterinário que atua nessa área. "Tivemos a preocupação de

colocar na legislação municipal essa obrigatoriedade. Todas as ações de fiscalizações e inspeções precisam ter a presença de um médico-veterinário."

Outro ponto positivo, a partir da adesão ao Sisbi-Poa, é a atração de novos investidores. Rio Preto tem recebido representantes de empresas interessadas em se instalar no município, inclusive algumas originárias de outras cidades e de outras regiões. Alguns estabelecimentos já estão em fase de reforma ou construção para pleitearem a adesão.

O diretor do SIM ressalta que, atualmente, Rio Preto conta com oito empresas registradas, das quais duas são do ramo de fabricação de produtos cárneos, duas unidades de produtos lácteos, duas de beneficiamento de mel e produtos das abelhas, uma fábrica de pururuca e uma unidade de beneficiamento de produtos de pescados. Ressalta ainda que, na atualidade, uma de produtos cárneos e uma de mel já foram indicadas para adesão.

A auditoria para verificar a equivalência do SIM passou a ser realizada pelo governo do Estado e Rio Preto foi a primeira cidade a vivenciar o novo modelo. "Tivemos o privilégio de sermos auditados pela equipe do Estado e, para nós, foi muito importante compartilhar o conhecimento e uma metodologia de trabalho que contribuiu em alguns processos do serviço. O resultado da auditoria, que também foi acompanhada pelos técnicos do Mapa, nos trouxe tranquilidade em constatar que nosso trabalho foi realizado dentro das diretrizes do Ministério", afirma Nuremberg.

O impacto do Sisbi-Poa na qualidade da inspeção de alimentos no País é incontestável. O diretor do SIM de Rio Preto ressalta que os sistemas de inspeção de produtos de origem animal exigem das empresas um rigoroso controle de qualidade, que vai desde a matéria-prima até o produto final chegar às prateleiras dos comércios atacadistas e varejistas, atendendo a uma série de análises, às normas de higiene, e às leis ambientais.

"Ao consumir um produto com um selo de inspeção oficial, o consumidor pode ter a certeza de que esse alimento possui qualidade e segurança comprovadas. Essa contribuição se dá, principalmente, na prevenção às doenças transmitidas por alimentos e danos ao meio ambiente", enfatiza Nuremberg.

Conquista do selo

Em Araraquara, no interior do Estado, uma fábrica de pururuca, torresmo e banha suína foi a primeira a obter o selo Sisbi-Poa, conquistando o direito de comercializar seus produtos em todo o País. O proprietário da agroindústria Porkão, Rodrigo Luiz Abuchaim, refere que o processo demandou quase dois anos de estudos, adaptações estruturais da fábrica e treinamento da equipe.

ACERVO PESSOAL/RODRIGO LUIZ ABUCHAIM

Rodrigo Luiz Abuchaim, proprietário de uma das agroindústrias que já obtiveram o selo do Sisb-Poa

"A previsão é de um aumento de até 200% na produção atual e a contratação de pelo menos 20 colaboradores. Nossa meta é a de chegar a todos os estados do Brasil. Inclusive, já começamos a pensar em aumentar a nossa estrutura para podermos atender toda a demanda", afirma Abuchaim.

Para Benito Ricardo Primiano Junior, responsável técnico (RT) médico-veterinário, as principais mudanças necessárias para a obtenção do Selo foram a atualização da planta da indústria de modo a atender os requisitos das legislações, implantação de processos gerenciais e planos de autocontrole para a identificação de não conformidades e a implantação de medidas corretivas necessárias para a obtenção de um produto seguro para o consumidor.

"Quando a empresa trabalha com um sistema de gestão da qualidade que funciona e que é avaliado periodicamente, quem ganha é a sociedade, pois certamente este estabelecimento irá oferecer produtos ou serviços com qualidade e sanidade", enfatiza o RT.

Primiano Junior salienta que, além de impulsionar o mercado de trabalho de médicos-veterinários e zootecnistas, que, com certeza, irão operacionalizar o registro destas empresas, oferecendo informações técnicas para atualização das plantas com o fluxo correto e para implantação dos processos de autocontrole, também há o fortalecimento da atuação dos RTs.

"O papel do responsável técnico é fundamental neste processo, pois ele irá traduzir as informações das legislações para que o empresário possa ao mesmo tempo ter produtividade sem infringir as regras pré-estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores, além de que, na maioria das pequenas empresas, o RT é a única pessoa da equipe com formação técnica e conhecimento para exercer esse papel", conclui Primiano Junior, lembrando que o RT deve ter capacitação técnica constante e bom relacionamento com os órgãos fiscalizadores. ■

CAMPANHA AUXILIA ESTUDANTES NA ESCOLHA DO CURSO SUPERIOR EM MEDICINA VETERINÁRIA

Projeto apresenta sete requisitos básicos que devem ser observados no momento de escolher uma instituição de ensino

FREEPIK

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), por meio de sua Comissão de Educação, lançou, em dezembro, a campanha 'Melhor Escolha', projeto que visa auxiliar estudantes e demais cidadãos que pretendem ingressar no ensino superior em Medicina Veterinária. A iniciativa tem como embaixador o médico-veterinário e zootecnista Alexandre Rossi, o Dr. Pet, membro da Comissão Técnica de Bem-estar Animal do Conselho.

A campanha apresenta, de forma didática e ilustrativa, sete requisitos básicos que devem ser observados no momento de escolher uma instituição de ensino, como matriz curricular, índices de avaliação do curso, corpo docente, visita a faculdade, infraestrutura, conversa com veteranos, e registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV).

O vídeo e as peças da campanha foram elaborados com base no que tem sido observado pelos membros da Comissão de Educação a partir de suas experiências profissionais no ensino superior em Medicina Veterinária, em instituições públicas e privadas, e em orientações e consultas a órgãos educacionais.

"A questão financeira é um parâmetro de escolha para muitos jovens, mas é fundamental que eles sejam orientados sobre os quesitos qualitativos, pois, muitas vezes, eles não têm a informação do que é um bom curso. A campanha nasceu com este objetivo, para que ele possa aprender a identificar o que é um curso de qualidade", explica o presidente da Comissão de Educação e vice-presidente do Regional, Fábio Manhoso.

Durante a *live* de lançamento da campanha, Alexandre Rossi se mostrou feliz e lisonjeado com o convite, de forma a contribuir para que estudantes olhem para a educação com cuidado e sejam capazes de desenhar o seu futuro, em tempos de excesso de informação. "Atualmente, a oferta de cursos é muito grande. Por isso, é preciso ter cautela para fazer a escolha mais acertada. Sou uma pessoa ávida por estudar, tanto que já cursei Medicina Veterinária, Zootecnia e Psicologia", finaliza.

O vídeo da campanha já está disponível na página do Youtube da autarquia e os conteúdos orientativos permanecem disponíveis na Plataforma do CRMV-SP para consultas posteriores, como em épocas de pré-vestibular.

Fortalecendo a educação

Para alcançar o maior número de estudantes, o CRMV-SP quer levar a campanha 'Melhor Escolha' para dentro das salas de aula de escolas do Ensino Médio, de instituições públicas e privadas. Para isso, busca uma parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. "Este movimento levará a nossa mensagem para estudantes de diferentes regiões do Estado e poderá ser base não somente para quem se interessar em cursar Medicina Veterinária, mas qualquer curso de nível superior de excelência", diz Fábio Manhoso.

O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, reforçou que, em tempos de constantes mudanças tecnológicas, é fundamental que a formação e atuação em Medicina Veterinária sejam discutidas com transparência. "Mais do que um órgão fiscalizador da profissão, o CRMV-SP trabalha para garantir o cumprimento dos ideais éticos e as questões legais, evitando a atuação de maus profissionais que possam prejudicar a sociedade", disse.

Alexandre Rossi falou sobre suas experiências educacionais e o quanto uma boa formação é um diferencial para obter sucesso na profissão. "Cursar uma boa faculdade torna o currículo mais atrativo para as empresas. Durante a faculdade, as oportunidades de estágio podem abrir portas bastante satisfatórias, além das oportunidades que surgem de estudos fora do País", completa. ■

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS: ALTERNATIVAS PARA A PROMOÇÃO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO

ARQUIVO PESSOAL/LUCIANO SOARES JACINTHO SIQUEIRA

Luciano Soares Jacintho Siqueira, Médico-veterinário, auditor fiscal federal agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura no Estado de São Paulo (SFA-SP)

"O Sim chegou! A gente fica muito feliz em ver todo esse trabalho. O produtor vai ter uma tranquilidade a mais. Poderá produzir mais e entregar em todas as regiões e em outros estados. É uma garantia para ele, principalmente, e o emprego vai aumentar em nossa região. O melhor ainda é que toda a população vai poder colocar produtos de qualidade na sua mesa" (Fernando Rolla, prefeito de São Domingos do Prata – MG, presidente do Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Médio Rio Piracicaba – Consmepi).

"Como microprodutores, nós tratávamos os produtos em nossa cozinha, na nossa varanda, e isso incomodava muito. A gente queria um local específico para isso e queria também a nossa regularização. Junto com o pessoal do Consórcio nós conhecemos essa oficina do Mapa, participamos e conseguimos! Se você realmente quer, você consegue! Nós conseguimos e estamos muito contentes com isso." (Dona Édna, produtora, Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal – Consisal/BA)

Relatos como esses estão se tornando cada vez mais comuns no nosso ambiente de trabalho junto ao Consim (Projeto de Ampliação de Mercados de Produtos de Origem Animal para Consórcio Públicos de Municípios) do Mapa, e trazem a noção de concretude e viabilidade de uma política pública que está sendo capaz de chegar à ponta.

A partir do momento em que a Coordenação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) optou por apostar na possibilidade de prestação de serviços de inspeção e fiscalização via Consórcios Públicos Intermunicipais, o que otimiza a aplicação de recursos e traz maior profissionalização da gestão, houve um aumento substancial na quantidade de Serviços de Inspeção Municipais (SIMs) aderidos, tornando-se equivalentes quanto aos requisitos básicos de operação do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Isso permite que cada vez mais empresas possam ter seus produtos comercializados em âmbito nacional.

Os benefícios vêm se mostrando imensos, desde a maior lucratividade das cadeias produtivas, passando pelo incremento do desenvolvimento regional, com melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) dos municípios vinculados, até a promoção do conceito de Saúde Única, que é pedra fundamental do projeto. Todavia, é perceptível a necessidade de aceleração na implementação de tais programas, com vistas à amplificação do alcance desse tipo de prestação de serviço, que se reveste de muita responsabilidade, e que traz a nós, técnicos, este grande desafio.

Estamos às voltas com a PEC 1293/2021 (aquela do Autocontrole), que visa modernizar a Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, mas que tudo evolua bem, em harmonia com o interesse da população de ter alimentos disponíveis, de qualidade e seguros. Muito ainda tem que ser feito. Somente dando-nos as mãos, com integração entre todos os seus entes partícipes, tanto do setor público quanto da iniciativa privada, e ressaltando-se, pela importância, as Instituições de Ensino e o CRMV, é que poderemos aproveitar as boas iniciativas, criar novas perspectivas de desenvolvimento e traçar melhores rumos para nossas carreiras. ■

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do CRMV-SP.

BALANÇO CRMV-SP 2022 MOSTRA DINAMISMO E INVESTIMENTOS NAS DIFERENTES ÁREAS

Resultados foram apresentados aos colaboradores, presidentes de comissões e representantes regionais

ACERVO CRMV-SP

Ciclo de reuniões realizado em dezembro pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) apresentou os resultados do ano para colaboradores, presidentes de comissões técnicas e representantes regionais. O balanço 2022 mostra o dinamismo e o investimento nas diferentes áreas da autarquia. Perspectiva de melhorias nos serviços para 2023 também estiveram na pauta.

A análise conjunta das informações e indicadores apresentados no balanço anual visa nivelar o conhecimento entre todas as equipes, identificar pontos a serem aprimorados e alinhar o planejamento para o cumprimento das metas para 2023. O relatório apresentado revela que todos os setores do Conselho passam por modernização das ações e melhorias constantes.

"Orientar, fiscalizar e disciplinar são as principais razões para a existência de um conselho profissional, mas precisamos lembrar que também estamos aqui com o intuito de proteger a sociedade, de forma que ela possa receber o melhor atendimento de médicos-veterinários e zootecnistas. Todos desta grande equipe são muito importantes em todo esse processo, que tem como foco três frentes: o profissional que está no mercado de trabalho, aquele que acaba de ingressar, e o estudante", afirmou o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero.

Para a tesoureira do Regional, Rosemary Viola Bosch, o esforço de toda a equipe é primordial para o alcance dos expressivos resultados. "Sinto que estou em casa. A família CRMV-SP possui boa vontade, comprometimento e carinho em tudo que faz, sempre executando suas atividades da melhor forma possível. A vida é feita de pessoas que permeiam nosso caminho e nos levam para frente", ressaltou.

Entre as atividades desenvolvidas pelos 93 colaboradores e 23 estagiários do Regional destacam-se os números de todo o estado de São Paulo, em 2022, com 5.157 fiscalizações, que resultaram em 804 termos de fiscalização, 1.528 termos de constatação e 2.761 autos de infração. Na atual gestão, área tem como foco a orientação aos profissionais, especialmente no que tange aos critérios estabelecidos pela Resolução CFMV Nº 1.275/2019.

Com o uso de *tablets* e a implantação do módulo Fiscalização.Net, foi iniciada a emissão digital de termos de constatação, de fiscalização e de autos de infração. A equipe também tem sido treinada para orientação aos responsáveis técnicos no que se refere a adequações relacionadas à Resolução CFMV Nº 1.275/2019 e ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Saúde. Como reflexo do trabalho desenvolvido, o saldo foi a regularização de 822 empresas inscritas e 64 estabelecimentos que antes não possuíam registro ou responsável técnico homologado, além de 700 termos de orientação elaborados e 372 multas aplicadas.

Principais indicadores: 16.328 atendimentos presenciais; 5.157 fiscalizações; 8.576 Anotações de Responsabilidade Técnica homologadas; 12 Sessões Plenárias Ordinárias; 03 Sessões Plenárias Extraordinárias; 19 Sessões Especiais de Julgamento de Processos Ético-profissionais; 171 Audiências de Processos Ético-profissionais; 05 Novas Resoluções Publicadas; 48 Novas Portarias Publicadas; 32 *tablets*, 14 *smartphones*, 40 *scanners* e 47 computadores adquiridos; 154.762 acessos a serviços on-line pela SIG CRMV-SP; 44 eventos técnicos; 8 CRMV-SP Escuta; 90 Reuniões de Comissões Técnicas.

Ética profissional e mutirões

Houve destaque também para os 104 projetos de mutirão de esterilização cirúrgica analisados, dentre os quais 84 aprovados. Em 2022, foram instaurados 112 novos processos ético-profissionais e julgados 119 que já aguardavam decisão. Foram recebidas pelo Conselho, ainda, 201 denúncias.

Ao todo foram 171 audiências realizadas, 189 notificações para início da apuração dos fatos relatados em denúncias e 19 sessões de julgamento. No último ano, com a reestruturação e digitalização da área ética, pela primeira vez foi possível que um fato, assim que instruído e apurado, pudesse já entrar para a programação de julgamento. Com isso, atualmente, apenas 21 processos éticos estão pendentes de julgamento, já com agenda programada para o início de 2023.

Novos registros e orientação técnica

No último ano, equipes da sede e das Urfas realizaram 16.328 atendimentos presenciais, que possibilitaram o registro de 4.061 novos profissionais médicos-veterinários, e de 59 zootecnistas, além de 1.284 novas empresas, com a homologação de 8.576 Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs).

Buscando a orientação dos profissionais foram realizados 44 eventos técnicos, sendo nove presenciais, entre os quais destacam-se a Semana do Médico-veterinário, o Ciclo de Palestras sobre Responsabilidade Técnica, o Encontro de Zootecnistas e o I Encontro Estadual de Coordenadores de Curso de Medicina Veterinária.

Com o projeto CRMV-SP Escuta também aconteceram oito encontros com profissionais nas cidades do interior paulista. Materiais técnicos também foram elaborados, entre os quais a cartilha sobre Varíola M. em animais, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Informação à sociedade

As mensagens transmitidas pelo CRMV-SP nos mais diversos formatos e canais alcançaram números expressivos. Foram 766 notícias publicadas tendo o Conselho como referência, 787.836 acessos à Plataforma, quase 12 mil visualizações nas edições do Informativo, 804 atendimentos nas redes sociais, 1,7 milhão de pessoas alcançadas e 55.467 engajamentos nas redes sociais.

A Revista mv&z, editada pelo Regional, também alcançou novo patamar, figurando entre as publicações técnicas científicas brasileiras da área mais acessadas, recebendo consultas de usuários de todo o mundo. No último ano, foram recebidas 62 submissões, sendo 19 artigos publicados, entre os quais um angolano. Quase 341.335 usuários únicos acessaram os conteúdos digitais e fizeram quase 112 mil *downloads* de materiais técnicos.

"A educação continuada impacta diretamente na qualidade dos serviços técnicos ofertados. O profissional atualizado tem mais conhecimento, e sente mais confiança e motivação para atuar. Nosso papel tem sido disseminar também informações que o auxiliem médicos-veterinários e zootecnistas a aprimorarem seu exercício profissional", destaca o Prof. Silvio Arruda Vasconcellos, conselheiro do CRMV-SP e editor técnico da publicação.

Investimento patrimonial

De forma a ampliar e modernizar sua estrutura e melhor atender os profissionais e empresas registrados, o CRMV-SP também incrementou a incorporação de bens permanentes com aquisições de equipamentos eletrônicos, como *tablets*, *scanners*, computadores, celulares, e sistemas de som e vídeo.

Em fase final, a reforma da sede do CRMV-SP da Rua Apeninos tem entrega prevista para o primeiro semestre de 2023. Com dois elevadores novos, que ampliaram a área de uso do prédio para mais um andar; gerador; cinco novas salas de reunião; Plenária; Auditório; espaço para a instalação de um estúdio de gravações; acessibilidade e novo e moderno sistema de combate a incêndio, a sede na capital paulista dará mais conforto e segurança a colaboradores e profissionais. Serviços de limpeza, jardinagem, copa e recepção já foram contratados para atender o espaço.

Para as regionais, a novidade é a aprovação para compra de uma nova unidade em Campinas para que os profissionais da região sejam mais bem assistidos. Para completar o investimento patrimonial, 20 novos veículos serão entregues, após aquisição feita por meio de licitação este ano, para a renovação da frota da fiscalização.

Investimento humano

Após 12 anos, o CRMV-SP também conseguiu autorização judicial e realizou concurso público para a ampliação do quadro de colaboradores administrativos e fiscais. A convocação e o início das atividades de cinco novos funcionários já ocorreram em 2022, entre os quais os da primeira fiscal do certame. O planejamento para 2023 prevê a contratação de cerca de 30 novas posições, sendo mais 10 fiscais: quatro para São Paulo, um para Botucatu, um para Presidente Prudente, um para Taubaté, dois para Campinas e um para Marília.

Antes do recebimento dos novos colaboradores, o Conselho trabalhou na revisão da Política Administrativa e do Plano de Cargos e Salários, aplicou Pesquisa de Movimentação Interna, elaborou Manual de Integração e Plano de Treinamento Técnico.

A aquisição de um novo sistema para folha de ponto, folha de pagamento e gestão de pessoas, o qual contemplará o acesso on-line para todos os funcionários, também já foi feita e tem como intenção maior investimento em comunicação interna. "Os bons resultados apresentados são protagonizados e sustentados por um grande time que merece mais investimento. Agradeço a todos pelo trabalho, paciência e responsabilidade que têm com os mais de 60 mil profissionais e 25 mil empresas registradas", ressalta o vice-presidente do CRMV-SP, Fábio Manhoso.

Melhoria contínua

O presidente do CRMV-SP pontuou projetos para 2023 e destacou também algumas mudanças na estrutura administrativa do CRMV-SP, com a criação de uma Diretoria Técnica para dar suporte, alinhar e aprimorar as atividades das coordenações técnica médica-veterinária, ética profissional e de fiscalização e multas; e dos setores de julgamento e recursos, e de Administração das Unidades Regionais, de modo a dar celeridade ao processo de inovação.

Mudança e reinauguração da sede pós reforma, implantação de estúdio próprio de gravações, contratação de novos colaboradores administrativos e fiscais, realização de 13 CRMVs Escuta de forma regionalizada, implantação da gestão de riscos e da ART on-line por meio do painel de profissionais e empresas pela Solução Integrada de Gestão do CRMV-SP, e a elaboração de um aplicativo de serviços, estão entre os principais tópicos.

Projetos já iniciados e que visam maior proximidade com as classes médica-veterinária e zootécnica, além do fortalecimento das relações institucionais, também terão prosseguimento. Em 2023, também ocorrerá adaptação dos serviços para o atendimento à nova resolução para inscrição e registro, recadastramento e cédula digital, assim como a conscientização sobre a participação nas cerimônias de entrega de cédulas, e a intensificação da atividade política e da aproximação com faculdades, com a publicação do primeiro edital do Sistema de Certificação de Cursos de Graduação em Medicina Veterinária. ■

FREEPIK

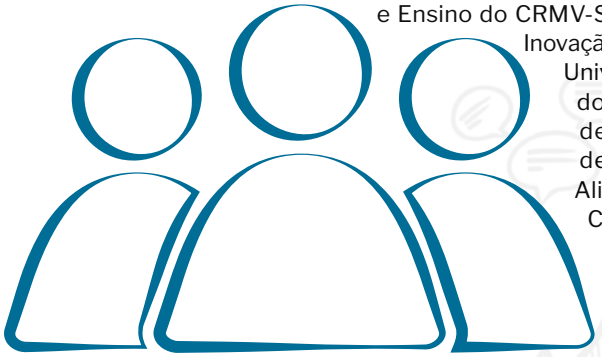
AGENDA ESG TRAZ GRANDES OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Conceito caminha lado a lado com a Saúde Única e se destaca como mais uma área potencial de atuação para médicos-veterinários e zootecnistas

As questões ambientais são cada vez mais urgentes no mundo, por isso as empresas que tiverem visão sustentável e responsabilidade social corporativa farão diferença no mercado. Para empreendimentos alinhados à Agenda ESG (em inglês *environmental, social and governance*), que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização, o caminho é ainda mais promissor.

De fato, alinhar a produção animal à agenda ESG possibilita o entendimento dos impactos positivos e negativos que essa prática gera para o meio ambiente. O zootecnista Saulo Luz e Silva, membro da Comissão Técnica de Agronegócio do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) e professor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, em Pirassununga, acredita que o agronegócio brasileiro tem respondido de forma rápida às crescentes demandas dos mercados consumidores, adequando-se às novas realidades, o que tem possibilitado a ampliação do seu poder de competição global.

"Embora o conceito de ESG seja recente (e atual), ele engloba práticas que já têm sido tratadas e incorporadas pelo setor há algum tempo, como é o caso das questões de meio ambiente/sustentabilidade. Apesar de algumas dificuldades, o Brasil é um dos países que mais adota práticas sustentáveis de produção no setor do agronegócio, especialmente se for considerado o volume produzido. Com relação aos aspectos sociais e de governança, o setor também tem feito progressos, porém ainda são necessárias mais ações para que esses aspectos sejam desenvolvidos e incorporados rapidamente aos sistemas produtivos, especialmente naqueles de menor escala", afirma Silva, ressaltando que apesar dos progressos já realizados, o processo é dinâmico e necessita de ajustes e correções constantes, pois o grau de exigências é continuamente elevado.



Para o presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP e coordenador do Centro de Inovação, Empreendedorismo e Extensão Universitária (Unicetex), laboratório do Departamento de Engenharia de Biossistemas da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (ZEB/FZEA/USP), Celso Carrer, boa parte do enfrentamento dos desafios para a produção animal relacionados à agenda ESG trazem oportunidades de desenvolvimento profissional do segmento.

No plano tecnológico e de gestão das unidades produtivas, à montante e à jusante da porteira, a produção animal brasileira é exemplar no surgimento de uma nova e profissionalizada geração de empreendedores.

"Nesse sentido, a adequação de modelos e sistemas de produção que agreguem resultados de sustentabilidade, manutenção da diversidade dos biomas, bem-estar animal, erradicação de doenças recorrentes, manejo com respeito à ambiência e abate humanitário, exploração de recursos com base na economia circular, entre outras tendências, geram uma nova realidade para empreender em uma atividade que está atenta às necessidades crescentes de um consumidor cada vez mais conectado às necessidades das futuras gerações", ressalta Carrer.

A agenda ESG caminha lado a lado com o conceito de Saúde Única e se destaca, atualmente, como mais uma área potencial de atuação para médicos-veterinários e zootecnistas. Silva lembra que os profissionais médicos-veterinários e zootecnistas devem estar atentos às novas necessidades, tanto dos produtores quanto dos consumidores, pois o atendimento dessas demandas é essencial para o sucesso dos negócios.

"Os profissionais que atuam na área, especialmente médicos-veterinários

e zootecnistas, precisam estar tecnicamente preparados para responder de forma rápida e adequada a essa demanda. Certamente, esse é um campo de trabalho fértil para esses profissionais, uma vez que eles já possuem uma relação próxima com o setor, além de serem altamente qualificados", enfatiza Silva.

Carrer destaca que muitas frentes na área de ESG geram desenvolvimento do setor e, consequentemente, oportunidades de trabalho com foco na evolução de serviços e produtos. "Por exemplo, a utilização de *softwares* de gestão, voltados para a tomada de decisões de forma a racionalizar recursos (água, capital, terras, trabalho), de modelos que integrem e reciclem recursos internos, tais como a integração Lavoura-Pecuária-Floresta, e muitas outras propostas nas áreas vinculadas a manejo, melhoramento genético, reprodução e processamento de produtos, empurram a produção animal brasileira para um estágio cada vez mais competitivo e exigente para a permanência das empresas no setor."

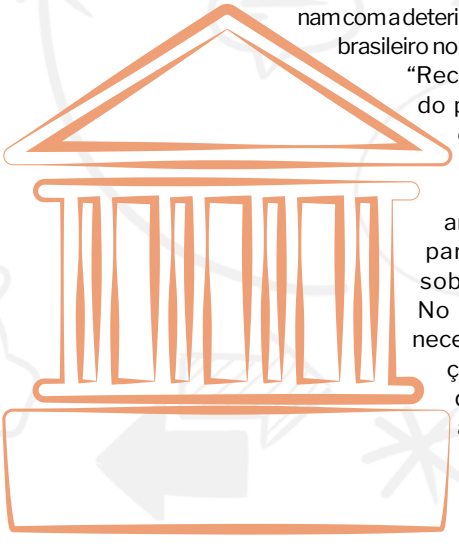
ESG

O termo ESG (em inglês *environmental, social and governance*) surgiu de uma provocação do então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, em 2004, a diretores executivos de grandes instituições financeiras sobre como integrar fatores sociais, ambientais e de governança no mercado de capitais.

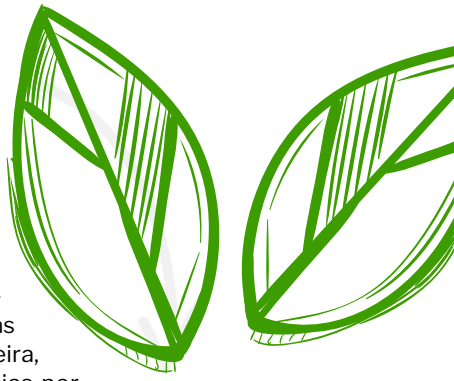
Maiores desafios

Carrer acredita que todos os pilares da ESG são desafiadores na busca por pontos de melhoria na atividade do agro e demais correlatas. Do ponto de vista estrutural e de organização setorial, dos quais boa parte está relacionada com governança de natureza pública, é necessária a adoção de uma visão mais estratégica, voltada para a tentativa de se estabelecer programas que visem à regulamentação, *marketing* correto e respeitoso aos interesses do mercado, e à certificação de qualidade dos produtos finais e que, necessariamente, envolva a parceria com todos os atores da cadeia de produção.

Para o presidente da Comissão Técnica de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP, é urgente a apresentação de exemplos de ações corretivas aos movimentos especulativos (desmatamento, descontrole e queimadas criminosas) e que culminam com a deterioração da imagem do produto brasileiro no mercado internacional.



"Recentemente a importância do pilar ambiental tornou-se dramática. O modelo de produção animal desvinculado das preocupações ambientais não é aceitável para o mercado interno e, sobretudo, para o externo. No meu entender, torna-se necessária a criação de condições para a ampliação de quadros especializados que absorvam profissionais que atuem neste processo de contínua melhoria do setor. Neste cenário, zootecnistas e médicos-veterinários desempenham papel destacado e necessário", enfatiza Carrer.



Silva ressalta que o setor do agronegócio brasileiro tem convivido há algum tempo com a questão ambiental, especialmente em virtude das mudanças recentes da legislação brasileira, que aumentaram as exigências por maior responsabilidade nas questões relacionadas ao meio ambiente.

"Obviamente, o processo de maior responsabilidade em termos de produção, não implica apenas em cuidado com o meio ambiente, mas também com as questões sociais (mais justas), aliadas à maior eficiência e transparência administrativa. Apesar da atividade agropecuária brasileira ser capaz de se ajustar rapidamente às novas necessidades e de, em tese, já atender uma boa parte dos requisitos relacionados ao conceito EGS, creio que a questão de governança é a que se apresenta como o maior desafio", alerta Silva.

Melhores práticas

O consumidor de forma geral, inclusive o tutor, está cada vez mais exigente quanto às práticas sustentáveis, por isso a adição das melhores práticas de ESG torna-se ainda mais importante, inclusive para a empresa se destacar no próprio mercado pet.

Carrer ressalta que o consumidor atual se vincula a um novo paradigma muito mais conectado com as demandas em tempo real que a revolução digital 4.0 exige do mercado nos tempos presente e futuro. Portanto, na formação atual do zootecnista e do médico-veterinário, além dos saberes fundamentais de natureza tecnicista, deve ser dado um diferencial particular para a área das ciências sociais aplicadas, em que a construção da competência plena passa pelo aprendizado e treinamento em fundamentos de natureza econômica e social dos mercados, englobando práticas de gestão e comerciais, vitais para o sucesso das empresas e para o atendimento da demanda crescente dos consumidores.

"Nossas profissões devem ser consideradas essenciais, pois da oferta de alimentos com qualidade e viabilidade econômica depende toda a estabilidade de uma sociedade. Sem alimentos e biomassas, como fibras para a utilização na área de energias renováveis, não há futuro. Nossa atuação contribuirá diretamente para a saída da crise provocada pela pandemia no que existe de mais básico: o combate à fome e a desnutrição humana", enfatiza Carrer.

Silva salienta que consumidores mais conscientes são uma realidade global e não somente nos segmentos ligados ao agronegócio. Dessa forma, qualquer ramo de negócio, que almeje crescer e prosperar, precisa estar consciente dessa realidade e rapidamente incorporar práticas e processos que atendam a esses princípios e requisitos.

"É importante ressaltar que, embora, atualmente os requisitos de ESG possam ser considerados diferenciais, eles rapidamente serão incorporados ao sistema e, em breve, se tornarão básicos e essenciais, ou seja, é uma via de mão única e quem sair na frente, certamente, terá vantagens competitivas em relação aos demais", conclui Silva. ■

CRMV-SP MUDA CONCEITO DA FISCALIZAÇÃO E FECHA 2022 COM SALDO POSITIVO

Fiscais passaram a realizar uma abordagem mais técnica e orientativa junto aos profissionais médicos-veterinários

Principal função do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), a fiscalização fechou 2022 com um balanço positivo. Foram 5.157 inspeções que motivaram a regularização de 822 empresas inscritas e 64 estabelecimentos que antes não possuíam registro ou responsável técnico averbado.

No ano, o conceito e as métricas do setor foram alterados após análise da Comissão Estadual de Fiscalização, e os fiscais passaram a realizar uma abordagem mais técnica e orientativa junto aos profissionais e empresas auditados. Como resultado, mais de 700 termos de orientação foram elaborados.

"Encaro o balanço final de forma bastante positiva, porque da mesma forma que tivemos uma redução do número enxuto das fiscalizações, melhoramos muito em termos de qualidade e esse foi um dos objetivos que traçamos. Além da vistoria de documentos, que faz parte do processo, colocamos o fiscal para orientar com o responsável do estabelecimento e reforçar que o intuito da fiscalização é melhorar a qualidade dos serviços prestados e garantir a atuação profissional de forma legal e ética", enfatiza Otávio Diniz, presidente da Comissão Estadual de Fiscalização do CRMV-SP.

Diniz ressalta que a proposta foi muito bem aceita pelos estabelecimentos, não só pelo tempo dispensado para o diálogo cordial entre o fiscal e o fiscalizado, mas pelo fato de ser uma abordagem orientativa. "O que esperamos é que um dia as fiscalizações não gerem autos de infração. O Conselho tem por objetivo fiscalizar, mas como uma das principais missões também a orientação, principalmente aos que estão iniciando na profissão, sobre a necessidade do cumprimento das normas e leis que regem o trabalho da Medicina Veterinária como um todo."

ACERVO CRMV-SP

Para Artur dos Santos Ribeiro, coordenador de fiscalização e multas do CRMV-SP, as mudanças na fiscalização foram muito positivas. "Até 2021, fazíamos uma fiscalização voltada à verificação do registro da empresa e da responsabilidade técnica. O ano de 2022 foi uma virada de chave. Começamos a trabalhar com foco no cumprimento da Resolução CFMV n° 1.275/2019, que define as condições de funcionamento para consultórios, clínicas e hospitais", destaca.

Fiscalização qualitativa

A fiscalização, pondera Ribeiro, passou a ser mais técnica, com mais orientação para os profissionais, e tem-se percebido um retorno positivo por parte dos fiscalizados, os quais têm demostrado interesse em se regularizar para atender melhor o cliente. "Em relação a números, diminuiu em vista do que era feito até 2021, mas, em contrapartida, esse ganho de qualidade que tivemos é excepcional", salienta o coordenador.

Outra inovação proposta pela Comissão, que será colocada em prática em 2023, é a pesquisa de satisfação, "que nos auxiliará a obter dados e até a detectar problemas que no momento não são perceptíveis. A ideia de ouvir o fiscalizado funcionaria como uma sintonia fina, agregando mais uma fonte de informação", conforme afirma Diniz.

Em reunião de balanço e projeção para 2023, realizada na sede do Conselho, em São Paulo, os fiscais tiveram oportunidade de participar de uma apresentação sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde Animal, feita pela médica-veterinária e presidente da Comissão Técnica de Saúde Ambiental, Elma Polegato. "O correto descarte dos resíduos faz parte da Agenda 2030. O treinamento foi bastante claro em diferenciar o que é lixo do que é resíduo. A questão da responsabilidade da classe em dar o destino correto aos resíduos será levada pelos fiscais aos médicos-veterinários e empresas visitados", afirma Diniz.

ACERVO CRMV-SP

A vez dos fiscais

Para Ribeiro, o alinhamento feito anualmente é importante para que todos atuem o mais uniformemente possível. “No balanço de final do ano, procuramos rever algumas condutas, além de ser um momento de confraternização com os fiscais, porque mesmo tendo um relacionamento diário com todos por meio de aplicativos de mensagem, poder nos reunir presencialmente para trocar ideias e experiências é muito produtivo.”

Outro ponto destacado pelo coordenador de fiscalização e multas em relação ao evento é o fato de ser também uma oportunidade de os fiscais trazerem também sugestões de aprimoramento. “Não há ninguém melhor do que eles para falar sobre o trabalho na rua e as dificuldades a campo. Esta troca é muito importante para que tanto os membros da Comissão e Diretoria, quanto nós da Coordenadoria saibamos como é o dia a dia vivido pelos fiscais.”

Concursados

Em janeiro, 10 fiscais, aprovados recentemente em concurso, devem iniciar suas funções na sede e em cinco Unidades Regionais de Fiscalização e Atendimento (Urfas) do CRMV-SP. Serão quatro novos fiscais em São Paulo, um em Botucatu, um em Presidente Prudente, um em Taubaté, dois em Campinas e um em Marília.

ACERVO CRMV-SP

“Os novos fiscais são muito importantes, estamos ansiosos. Já tivemos a contratação de uma fiscal para São Paulo em dezembro. Devido aos contratempos que tivemos e que impossibilitaram a realização de concursos por alguns anos, temos uma defasagem de médicos-veterinários para poder fazer essas fiscalizações mais técnicas. Vamos ter um ganho muito grande de qualidade”, afirma Ribeiro.

O presidente da Comissão lembra, ainda, que, inicialmente, em janeiro, será feito o treinamento em conjunto, cada recém-contratado vai trabalhar com os fiscais já em atuação para que adquiram experiência e para que o atendimento seja uniforme. “Acredito que estamos no caminho certo. Agradeço ao Dr. Odemilson por ter nos dado plena liberdade para desenvolvermos um trabalho conjunto que pudesse melhorar esse relacionamento entre fiscal, Conselho e médico-veterinários, clínicas e empresas fiscalizadas.”

Orientação técnica

A fiscalização, realizada pelo CRMV-SP, tem atualmente um diferencial que torna o trabalho dos fiscais ainda mais relevante, a partir do momento em que não só autuam quando irregularidades são encontradas, mas oferecem orientação técnica aos fiscalizados.

“Fazemos também algumas vistorias prévias em estabelecimentos que estão sendo construídos, alguns profissionais e até prefeituras nos pedem para verificar com o intuito de que a estrutura esteja de acordo com a legislação vigente. É um trabalho que estamos fazendo com bastante empenho dos fiscais e de toda a equipe. Nossos colaboradores internos também são muito bons, sem essa retaguarda não conseguiríamos avançar. É importante que todos estejam unidos para que possamos oferecer o melhor para a sociedade”, ressalta Ribeiro.

Diniz destaca que as fiscalizações são realizadas também em estabelecimentos não registrados no Conselho com o intuito de que os mesmos registrem-se e adequem-se à legislação. “Os médicos-veterinários regularizados de cada município sabem os que trabalham de forma irregular perante o Conselho e nos cobram, muitas vezes, pela concorrência desleal dos não regularizados. Ressaltamos que os não registrados também são visitados e orientados a seguir as normas vigentes. Temos obtido bons retornos”, conclui. ■

TESTE DE SEXAGEM DE PIRARUCU E TAMBAQUI AUXILIA NA FORMAÇÃO DE PLANTEL

Baseada na informação do DNA de cada indivíduo, tecnologia tem como diferencial a precisão nos resultados

Tecnologia inédita para peixes nativos do Brasil, a sexagem molecular para identificação individual do sexo de pirarucu e tambaqui oferece acurácia no resultado e a possibilidade de ser realizada em peixes jovens, além de não ser invasiva. O teste de sexagem genética de pirarucu é realizado pela Embrapa Amazônia Ocidental, em Manaus (AM) e o de tambaqui pela Embrapa Pesca e Aquicultura, em Palmas (TO).

"O teste é baseado na informação do DNA do indivíduo. Recebemos um pedaço de nadadeira do peixe, fazemos a extração do DNA e rodamos os testes. Assim, são detectados genes presentes apenas nos machos, no caso do pirarucu, ou regiões associadas ao sexo, no caso do tambaqui", explica a médica-veterinária Fernanda Loureiro de Almeida O'Sullivan, pesquisadora em reprodução de peixes da Embrapa Amazônia Ocidental.

A pesquisadora ressalta ainda que o diferencial do teste, em relação aos métodos convencionais, está na precisão, eficiência e facilidade de se colher a nadadeira, além de não envolver coleta de sangue.

JEFFERSON CHRISTOFOLETTI

No caso do pirarucu, com o teste, não haverá mais formação errônea de casais

Para os produtores, a nova tecnologia permite tanto a formação de plantel de reprodutores como a formação precoce de famílias para programas de melhoramento genético. "O maior benefício é agregação de valor. Quando um produtor de alevinos de tambaqui quiser formar um plantel ou renová-lo, poderá comprar o número exato de animais que irá precisar, já com o sexo identificado. No caso do pirarucu, com o teste, não haverá mais formação errônea de casais, o que hoje leva a perdas econômicas muito grandes", enfatiza Fernanda.

JEFFERSON CHRISTOFOLETTI

Mercado das espécies no Brasil

PIRARUCU

- **88,8%** cultivados na região Norte do Brasil;
- Em 2020, foram produzidas **1.886** toneladas em todo o País e **1.675** no Norte;
- Um total de **R$ 26,1 milhões** gerados com a produção dessa espécie em todo o Brasil, sendo **R$ 22,2 milhões** em propriedades da região Norte.

TAMBAQUI

- É a espécie nativa mais produzida no Brasil;
- Em 2020, **100.570** toneladas produzidas, que geraram **R$ 782,6 milhões**.
- Região Norte respondendo por **73%** da produção nacional.

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2020)

SÍGLIA SOUZA

Diferenças corporais entre machos e fêmeas de tambaquis são sutis

Macho ou fêmea

A dificuldade em identificar machos e fêmeas, muitas vezes, gera prejuízos para o produtor, pois cada espécie tem as suas características. De acordo com a pesquisadora da Embrapa Amazônia Ocidental, no caso do pirarucu, existe um alto índice de erros durante a fase não reprodutiva, conhecida por repouso, quando a aparência de machos e fêmeas, principalmente a coloração, é muito semelhante.

Já com relação ao tambaqui, as diferenças corporais externas entre machos e fêmeas da espécie são muito sutis, ou seja, difíceis de serem identificadas, pois não existe um dimorfismo sexual aparente. "À época da reprodução, quando estão maduros, as fêmeas apresentam abdômen mais redondo e mais abaulado, e os machos têm corpo mais alongado. Mesmo assim, os erros de identificação individual são bem elevados", salienta Fernanda.

Passo a passo de envio de material genético para sexagem

Um dos pré-requisitos para a realização do teste é que o animal tenha identificação individual fixa. O recomendado é a aplicação de microchip no músculo lombar do peixe, com auxílio de uma seringa injetora específica para o procedimento.

"O produtor deve primeiramente microchipar seus peixes para identificação individual, depois colher um pequeno pedaço de nadadeira e colocar em um tubo pequeno com álcool 96% e enviar essa amostra para a Embrapa", afirma a pesquisadora.

A entrega pode ser feita pelo correio ou pessoalmente. É importante que em um arquivo separado, o produtor relacione a identificação da amostra com o número individual do animal, para conseguir identificar os peixes analisados.

Serviço – Para adquirir o serviço de sexagem molecular para identificação individual do sexo de pirarucu, entre em contato com a Embrapa Amazônia Ocidental, em Manaus (AM), pelo telefone (92) 3303-7800;

Para o serviço de sexagem de tambaqui, entre em contato com a Embrapa Pesca e Aquicultura, em Palmas (TO), pelo telefone (63) 3229-7800. ■

Materiais para a coleta

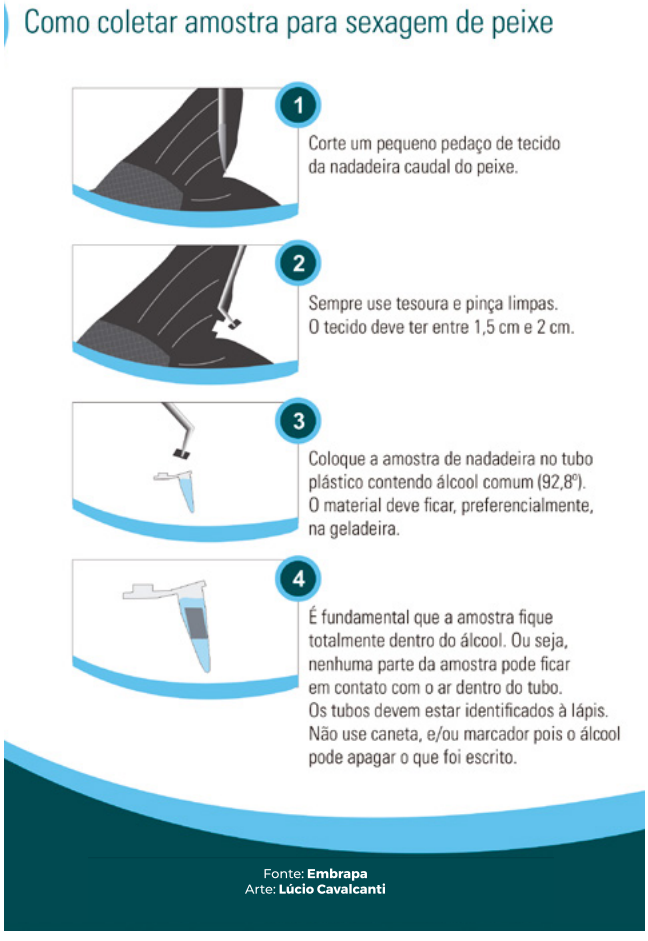
- Álcool comum de farmácia (90 - 96°);
- Tesoura;
- Tubos de plástico 1,5 ml ou 2 ml (um para cada peixe);
- Caixa plástica ou de papelão para acondicionar os tubos;
- Lápis;
- Prancheta, caderno ou computador.

Fonte: Embrapa

Procedimento

- Organizar previamente todo o material de coleta;
- Identificar os tubos com lápis na tampa e na superfície externa. Não usar caneta hidrográfica, canetinha ou caneta permanente, pois o álcool apaga a marcação;
- Recomenda-se que cada produtor faça a própria numeração, iniciando com o número 001 e assim por diante;
- Encher 3/4 de cada tubo com álcool;
- Realizar uma leve sedação nos peixes (pode ser a mesma utilizada na injeção hormonal para reprodução);
- Após a sedação, pegar os peixes um por um, ler o microchip e anotar no caderno, prancheta ou computador. Ao lado do número do chip, deve-se anotar o número do tubo que vai receber o material daquele peixe.

Fonte: Embrapa



CRMV-SP ESCUTA ENCERRA PROGRAMAÇÃO DE 2022 COM EDIÇÕES EM MARÍLIA E EM REGISTRO

Após pausa durante o período eleitoral, as visitas itinerantes retornaram em diferentes regiões do Estado

ACERVO CRMV-SP

Em novembro, a cidade de Marília tornou-se sede do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP). Diretoria e representantes da autarquia estiveram no município para mais uma edição do CRMV-SP Escuta, onde também cumpriram agenda com o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, além de visitas à reitoria da Universidade de Marília (Unimar), dois hospitais veterinários, e entrevista ao programa 'Quatro Notícias', da TV Canal 4.

O presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero, destacou a alegria de toda a diretoria pela receptividade e mostrou satisfação com a qualidade, infraestrutura e tecnologia encontrada nos estabelecimentos médicos-veterinários de Marília. "Fomos muito bem acolhidos pelos colegas da cidade, da universidade e da classe política. Encontramos por aqui uma Medicina Veterinária bastante preparada e de alto nível, inclusiva e presente em todos os bairros."

A primeira edição do CRMV-SP Escuta após o intervalo do período eleitoral deixa sua marca histórica ao reunir centenas de profissionais para debater questões importantes da Medicina Veterinária e da Zootecnia. O evento contou com a presença do vice-prefeito Cícero do Ceasa, e do presidente da Câmara de Marília, Marcos Rezende, que entregou ao presidente do Regional o título de visitante ilustre.

O vice-presidente da autarquia, Fábio Manhoso, destacou a importância da descentralização do Conselho no sentido de caracterizar as regiões. "Cada cidade tem suas particularidades, em algumas predomina o agronegócio, outras as indústrias ou o setor pet. Por meio dessa aproximação podemos fazer um diagnóstico, traçar metas e promover ações mais assertivas de acordo com a realidade de cada município. Fiquei feliz e emocionado em ver a casa cheia de colegas entusiasmados e colaborando na construção de uma Medicina Veterinária e uma Zootecnia cada vez mais fortes", enfatizou.

Para o secretário-geral, Fernando Gomes Buchala, os profissionais são as melhores fontes de informação e

auxiliam para que a o Conselho possa trabalhar de forma a oferecer serviços cada vez melhores e atender às necessidades da classe. "Além dos esclarecimentos presenciais feitos durante o evento, também reunimos as principais dúvidas levantadas e disponibilizamos no 'Dúvidas Frequentes' na plataforma do CRMV-SP. Desta forma facilitamos o acesso à informação a outros profissionais", disse.

ACERVO CRMV-SP

Vale do Ribeira

Palco da última parada do CRMV-SP Escuta de 2022, em dezembro, o município de Registro, no Vale do Ribeira, contou com mais de 50 participantes, que colocaram em discussão temas como a necessidade de maior participação política da classe em todas as esferas de poder, a valorização e remuneração profissional, o ensino a distância e a importância da qualidade da graduação, as denúncias éticas e o associativismo.

O encontro contou com as presenças do presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero; da tesoureira e presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica, Rosemary Viola Bosch; dos coordenadores técnico médico-veterinário e jurídico, Leonardo Burlini e Bruno Fassoni, respectivamente; do presidente da Comissão Técnica de Políticas Públicas, Raphael Hamaoui; e da presidente da Comissão de Entidades Veterinárias Regionais, Maria Cristina Timponi.

Entre os profissionais da região, estiveram presentes Roberta de Salles Guarnieri, fiscal médica-veterinária da Unidade Regional de Fiscalização e Atendimento (Urfa) de Santos; da integrante da Comissão de Representantes Regionais do CRMV-SP, Luise Hassui Penteado de Santi, e do ex-presidente do Conselho (gestão 2001/2002), Armen Thomassian.

Na abertura, o presidente do CRMV-SP falou da satisfação de realizar o evento no Vale do Ribeira. "Desenvolvi minha vida profissional aqui, sempre tive uma convivência muito forte com a cidade de Registro. Trabalhei em Cananéia por muitos anos, estamos entre amigos. Esses encontros são muito importantes para o crescimento de nossa profissão. O Conselho é de todos, é nossa casa. O Vale do Ribeira merece ter uma Urfa", enfatizou Mossero.

Um dos assuntos debatidos com bastante veemência e que permeou várias discussões é a necessidade de uma atuação mais efetiva dos médicos-veterinários em todas as esferas governamentais, assim como a valorização dos profissionais na composição de políticas públicas e ações preventivas relevantes.

"Temos, inclusive, visitado prefeituras até para falar sobre política salarial. Como Conselho, não estamos medindo esforços, mas precisamos que os representantes regionais nos indiquem as autoridades locais para que nós conversemos com eles e façamos corpo a corpo mesmo. Está na hora de marcarmos presença no âmbito político", afirmou Mossero.

Fassoni lembra que o Conselho não tem atribuição, mas fomenta para que haja remuneração condigna da classe. "É preciso cobrar os gestores, por isso, solicitamos aos municípios que valorizem os profissionais e que definam uma remuneração mais digna", afirmou o coordenador jurídico do CRMV-SP. ■

Confira o cronograma para 2023 e participe das próximas edições:

2023

31/01: Bauru;
28/02: Guarulhos;
28/03: Tupã;
18/04: Taubaté (com Sessão Plenária);
09/05: Piracicaba;
30/05: Mogi Mirim / Mogi Guaçu;
27/06: Araçatuba;
25/07: Sorocaba;
22/08: Campinas (com Sessão Plenária);
19/09: São Paulo;
24/10: Ribeirão Preto (com Sessão Plenária);
28/11: Jaú;
05/12: Franca.

Saiba mais em www.crmvsp.gov.br

PROFISSIONAIS DE DESTAQUE SÃO PREMIADOS EM CERIMÔNIA REALIZADA EM SÃO PAULO

Prêmios outorgados pelo CRMV-SP em 2022 foram os de "Ensino da Medicina Veterinária" - Walter Maurício Correa; "Empreendedorismo" - Renê Correa; e "Zootecnia" - Luiz Alberto Fries

ACERVO CRMV-SP

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) realizou, no dia 15/12, em sua sede na capital paulista, a entrega dos prêmios aos profissionais de destaque em Medicina Veterinária e Zootecnia de 2022.

Na abertura, o presidente do Conselho, Odemilson Donizete Mossero, falou da satisfação de estar na presença de pessoas de relevante atuação e de seus familiares. “A estrada é longa e esse é o momento em que são destacados profissionais que são modelos de inspiração para as classes. É um orgulho poder entregar esses prêmios. Vamos continuar nessa luta diária para fazer com que as nossas profissões cresçam cada vez mais e sejam valorizadas junto à sociedade.”

Silvio de Arruda Vasconcellos, presidente da Comissão de Avaliação e Julgamento dos Prêmios do CRMV-SP, apresentou o histórico da premiação e falou da relevância das outorgas. “Procuramos valorizar os profissionais de destaque para que passem a ser exemplos para os futuros médicos-veterinários e zootecnistas, além, é claro, de homenagearmos os colegas que tanto contribuíram para as duas profissões”, enfatizou.

A Tesoureira e presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica do CRMV-SP, Rosemary Vila Bosch parabenizou a todos e disse estar honrada por participar do momento, lembrando ter o privilégio de ser médica-veterinária e zootecnista.

“É uma honra recebê-los hoje e, principalmente, estar presente em uma homenagem ao grande professor Benesi, responsável por orientar e formar tantos profissionais. Receber nesta festividade também as famílias dos homenageados, mostrando que atrás dessa inspiração existem aqueles que os apoiaram e que os motivaram”, concluiu.

Educação

O Prêmio Walter Maurício Corrêa, outorgado ao Prof. Dr. Fernando José Benesi, *in memoriam*, foi entregue ao filho do homenageado, o também médico-veterinário Alexandre Benesi.

A premiação póstuma ao docente da Universidade de São Paulo, foi entregue pelo conselheiro do CRMV-SP, Prof. Dr. Carlos Eduardo Larsson.

Emocionado, Larsson discorreu sobre a carreira de Benesi e particularidades do amigo, falecido em 2020. "É uma tarefa difícil, mas doce, homenagear a quem teve dedicação ímpar à Patologia Clínica Veterinária. Um pesquisador nato, um docente completo, era um dos mais novos membros da Apamvet. Aprendi com ele e com tantos outros espiritualistas que a partida não precisa ser vinculada ao pranto, mas sim a doces saudades e é assim que eu e tantos outros encaramos o desencarnar do Benesi. Quero agradecer o carinho do Plenário do nosso Conselho em homenagear de forma perene esse paulista que tanto se dedicou à Medicina Veterinária", ressaltou.

"Fico muito honrado pela homenagem concedida ao meu pai, e pelo reconhecimento ao trabalho dele, como pai, como médico-veterinário e como professor. Só posso agradecer por vocês terem mantido a memória dele viva", emocionou-se Alexandre Benesi.

Empreendedorismo

O contemplado com o Prêmio Renê Corrêa foi o médico-veterinário e zootecnista Alexandre Rossi, o Dr. Pet, fundador da empresa "Cão Cidadão", membro da Comissão Técnica de Bem-estar Animal e embaixador da Campanha Melhor Escolha do CRMV-SP. O prêmio foi entregue pelo Prof. Dr. Fábio Manhoso, vice-presidente do Conselho e presidente da Comissão Técnica de Educação.

"Sinto-me honrado. É uma alegria estarmos aqui reunidos. Esse prêmio é uma forma carinhosa que o Conselho tem de reconhecer e de agradecer aos profissionais que tão bem contribuem para o desenvolvimento das nossas profissões. Alexandre realiza um trabalho invejável na Medicina Veterinária e na Zootecnia, mostrando a importância dos animais à toda sociedade. Não posso deixar de agradecer pela forma carinhosa com que nos atendeu sendo o embaixador do Melhor Escolha, projeto da Comissão de Educação do CRMV-SP", ressaltou Manhoso.

Acompanhado de seus pets, Estopinha e Barthô, Rossi agradeceu a honra de ser homenageado pelo CRMV-SP. "Muito obrigado, estou muito feliz em estar contribuindo para a Medicina Veterinária e Zootecnia. Quem trabalha com comportamento animal sabe o quanto esses prêmios significam. Tenho orgulho em poder fazer parte desse movimento para valorizar cada vez mais as nossas profissões. Ajudar as pessoas e os animais completam a minha missão de vida", enfatizou.

Zootecnista do ano

O terceiro homenageado da noite foi o zootecnista Luiz Marques da Silva Ayroza, membro das comissões técnicas de Aquicultura e de Zootecnia e Ensino do CRMV-SP. O profissional recebeu o Prêmio Luiz Alberto Fries das mãos do presidente do CRMV-SP.

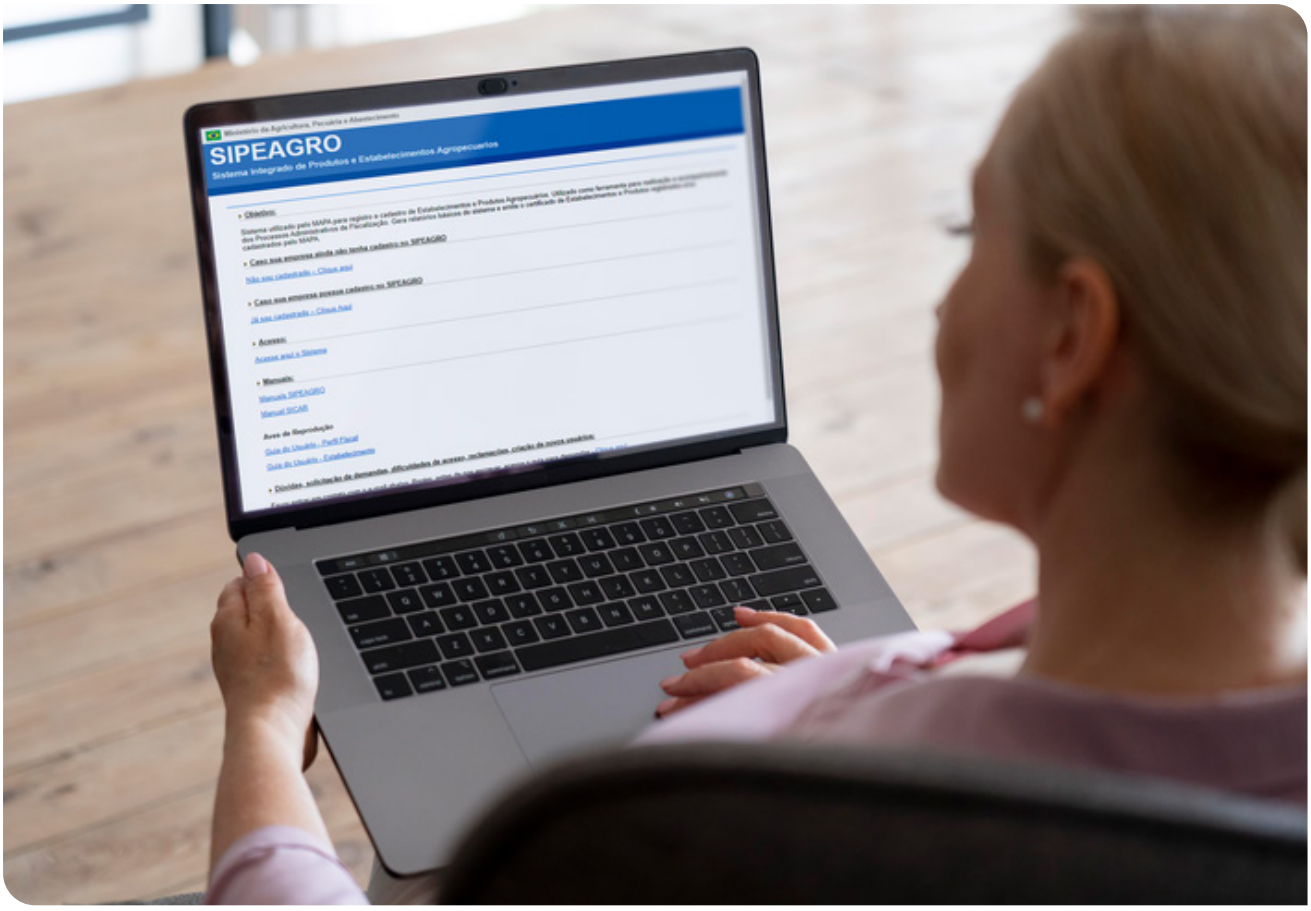
"Para ser sincero, fiz questão de entregar o prêmio a um zootecnista, pois, na verdade a Medicina Veterinária e a Zootecnia são profissões irmãs e estamos dentro da mesma casa. A harmonia das duas tem que existir, precisamos trabalhar juntos. Aqui em São Paulo temos um bom entrosamento e é com esse espírito que o Dr. Ayroza participou da gestão anterior como conselheiro, fazendo um belo trabalho e ajudando a unir as classes", salienta Mossero.

Saudando o presidente do Conselho, Ayroza, que é pesquisador científico da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios e atuou como diretor do Instituto de Pesca e do Instituto de Zootecnia, assim como presidente da Comissão Técnica de Agronegócios do Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo de São Paulo, falou da emoção sentida ao receber o reconhecimento por sua trajetória profissional e agradeceu a todos que sempre o acolheram. "É uma honra receber esse prêmio na área em que atuo há 37 anos. Sou grato não só ao CRMV-SP, mas a todos os colegas da Secretaria da Agricultura e a minha família que me auxiliaram no longo caminho que tive na Zootecnia", ressaltou. ■

ACERVO CRMV-SP

SIPEAGRO: ENTENDA MAIS SOBRE O SISTEMA DE REGISTRO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Recurso destina-se a promover o uso racional de medicamentos controlados, a aperfeiçoar processos e a dar maior segurança ao fluxo das análises dos registros



FREEPIK

O Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (Sipeagro) é o canal utilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para registro e cadastro de estabelecimentos e produtos agropecuários. Adotado em 2014 para monitoramento das atividades inerentes ao uso profissional de fármacos, o sistema destina-se a promover o uso racional de medicamentos controlados, otimizar os processos e dar maior segurança ao fluxo das análises dos registros.

De acordo com assessora técnica do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP), Anne Pierre Helzel, os médicos-veterinários ainda têm dúvidas sobre o Sipeagro e é preciso esclarecer que o sistema permite a emissão de notificações de prescrição veterinária e de aquisição para uso profissional de forma eletrônica passíveis de registro e rastreamento. “Desta forma, o médico-veterinário e o Mapa possuem maior controle acerca dos documentos emitidos no exercício da profissão.”

Antes da implementação do sistema, o registro era realizado a partir de processos administrativos em papel, os quais eram tramitados de forma física com envio em malotes e protocolados nas diferentes áreas do Mapa. Com a digitalização, o interessado pode inserir os dados no sistema e, imediatamente, conferir as informações disponibilizadas para avaliação.

“Com o sistema é possível gerar relatórios on-line sobre os processos protocolados, além da indicação de datas dentro da fila de pedidos para análise, o

que permite resposta mais ágil do Mapa às demandas da sociedade, automatizando algumas ações, como a emissão de certificação", explica o coordenador-geral de Produtos Veterinários do Mapa, Marcos Vinícius de Santana Leandro Júnior.

O registro no Sipeagro é facultativo, porém todos os profissionais que optarem por prescrever ou pelo uso destes medicamentos em qualquer segmento da cadeia produtiva, ou no exercício da profissão, devem se inscrever no sistema.

Júnior conta que pelo Sipeagro as equipes de fiscalização têm acesso ao último status de produtos registrados e podem identificar, com segurança, possíveis irregularidades. "As informações ficam disponíveis também ao público, permitindo aos proprietários de animais e aos seus tutores verificar, antes da compra, se o produto é registrado e está legalizado junto ao Mapa", explica.

Os produtos de uso veterinário têm uma grande importância, não só na manutenção da saúde animal, como também na prevenção de doenças transmitidas por animais aos humanos, as chamadas zoonoses. "O registro dos produtos de uso veterinário é um recurso de certificação estatal, que traz garantia à sociedade quanto a sua certificação", afirma Júnior.

Produtos que devem ser registrados

De acordo com a Instrução Normativa (IN) do Mapa nº 35/2015, devem ser registrados entorpecentes, psicotrópicos, substâncias retinóicas, anabolizantes e outras sujeitas a controle especial contidas na lista C1 da IN. Além do registro no órgão, devem ser notificadas quando comercializadas, prescritas ou utilizadas no exercício da profissão.

Embora sujeitos à prescrição obrigatória por profissional médico-veterinário segundo o art. 21 da IN do Mapa nº 26/2009, a prescrição de antimicrobianos de uso na Medicina Veterinária não está sujeita à notificação de prescrição ou aquisição para uso próprio pelo sistema.

Prejuízo ao não se registrar

Os estabelecimentos ou profissionais que não se cadastram no Sipeagro ficam impedidos de comercializar, utilizar, ou prescrever os medicamentos em seus atos profissionais, o que compromete de forma significativa a atuação médica-veterinária para realizar contenções químicas, procedimentos ambulatoriais cruentos, cirurgias, tratamentos de condições neurológicas, comportamentais e fisiátricas, com justificativa técnica de uso.

"Caso se verifique o comércio irregular, além da abertura de processo administrativo para apuração dos fatos perante o Mapa, o estabelecimento que comercializa medicamentos de forma irregular estará sujeito ao indiciamento de crime de fornecimento de drogas (Lei Federal nº 11.343/2006)", alerta Anne Pierre Helzel, assessora técnica médica-veterinária do Regional.

Fabricantes de produtos

Todo fabricante de produtos de uso veterinário deve ter uma equipe de desenvolvimento e um responsável técnico (RT) pelo fármaco. "Este profissional é quem acompanha os testes clínicos e de segurança, sendo a pessoa que atesta a eficácia e auxilia as investigações relacionadas a relatos de farmacovigilância, que são as reclamações sobre efeitos indesejáveis causados pelo uso do produto", diz o coordenador-geral de Produtos Veterinários do Mapa.

As empresas devem contar, ainda, com um técnico que seja responsável pela fabricação e controle de qualidade, que acompanhará todas as fases de produção, de forma a garantir que o produto esteja de acordo com os procedimentos e especificações aprovadas pelo Mapa.

"Os estabelecimentos que realizam a comercialização desses produtos também têm um papel importante no processo de qualidade, e devem contar com um RT encarregado por verificar a correta armazenagem, guarda e dispensação do produto", conta Júnior.

Saiba como fazer seu registro

Primeiramente, o profissional precisa realizar o registro como cidadão no portal do Governo Federal (www.gov.br), e em seguida, inscrever-se como médico-veterinário no site do Sipeagro (https://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/SIPEAGRO.html). Após os registros, não há mais necessidade de confecção de talonário dependente de numeração a ser liberada pelo órgão.

Após cadastro, no Sipeagro poderá ser identificado o responsável pelo animal ou rebanho, e os animais sob a guarda profissional; lavrar a prescrição com a escolha do nome fantasia ou princípio ativo; e descrever as condições de uso. "Desta forma, o sistema passará a emitir a prescrição digital com numeração automática", explica Anne Pierre Helzel.

O mesmo processo facilitado ocorre de forma similar com as demandas de notificação de aquisição para uso profissional. "Comunicados posteriores sobre o uso dos medicamentos no exercício da profissão e tratamento de pacientes passam a ser dispensados", diz a técnica médica-veterinária do CRMV-SP.

Outra vantagem do sistema é a possibilidade da guarda das cópias digitais das prescrições, o que facilita o controle sobre os documentos emitidos. "Também há a possibilidade de se consultar a autenticidade da notificação on-line, recurso de grande utilidade para as farmácias veterinárias coibirem a falsificação destes documentos", afirma Anne.

Principais dúvidas dos profissionais

A assessora técnica médica-veterinária do Regional, refere que é comum alguns profissionais realizarem apenas a inscrição no site Gov.br e considerarem que apenas este cadastramento lhes autoriza a lavrar notificações no Sipeagro. Anne reforça que o registro deve ser feito nos dois sites.

"Após a inscrição inicial como cidadão no site do Gov.br, o profissional deve acessar o site do Sipeagro e se cadastrar como médico-veterinário na aba 'médico-veterinário > novo cadastro'. O formulário deve ser preenchido com as informações solicitadas e o *upload* da digitalização da carteira profissional também precisa ser feito antes do envio para o órgão", explica a assessora técnica. A confirmação da inscrição será encaminhada ao e-mail cadastrado.

Caso, por alguma razão, a inscrição profissional tenha sido enviada de forma incompleta, recomenda-se que o médico-veterinário tente fazer o procedimento novamente, seguindo as orientações do site. Sendo necessário algum auxílio, o profissional deverá entrar em contato pelo e-mail: atendimento.sistemas@agro.gov.br. ■

NOVA RESOLUÇÃO APROVA SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO PARA CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA

Idealizada pela Comissão Técnica de Educação do CRMV-SP, norma estabelece critérios de qualidade para instituições de ensino superior. Primeiro edital será divulgado em abril

Com o objetivo de cooperar para que a formação de médicos-veterinários alcance a excelência, o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) aprovou, em dezembro, durante a 547ª Sessão Plenária Ordinária resolução que institui Sistema de Certificação de Cursos de Graduação em Medicina Veterinária no estado de São Paulo.

A certificação dos cursos, idealizada pela Comissão Técnica de Educação do Regional, será voluntária e ocorrerá em três níveis: bronze, prata e ouro, com validade de três, quatro e cinco anos, respectivamente. O processo de avaliação será realizado conforme edital a ser publicado no primeiro semestre de 2023, e os requisitos de habilitação estabelecidos pela Resolução CRMV-SP nº 2.994, aprovada no dia 15 de dezembro.

"Dentro do trabalho que respalda esta gestão, temos como grande alicerce justamente a aproximação do Conselho junto às universidades, pois elas são o berço da Medicina Veterinária. Queremos viabilizar ferramentas que possam contribuir para a melhoria no ensino. Um projeto como este estimula a busca pela excelência e faz com que haja um aspecto qualitativo amplificado dentro de suas instituições", destaca Fábio Manhoso, vice-presidente do CRMV-SP e presidente da Comissão Técnica de Educação.

Para o presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, a iniciativa está alinhada às três principais frentes de atuação da gestão: ouvir os profissionais que já estão no mercado de trabalho, por meio dos CRMVs Escuta, evento realizado regionalmente; orientar os recém-formados, com as palestras ministradas durante as cerimônias de entrega de cédulas; e o estudante, aproximando o Conselho das instituições de ensino superior.

"Queremos colaborar para que a sociedade escolha o melhor caminho, e para com o futuro dos nossos filhos. É importante que a formação esteja à altura dos anseios das famílias que tanto batalham e do futuro profissional que abraça esta carreira tão nobre que é a da Medicina Veterinária, e também de sua família. Cuidar da educação é mais do que zelar pela classe, é cuidar para que, no futuro, a sociedade seja bem atendida e esteja protegida", ressalta Mossero.

Requisitos e critérios de avaliação

Para submissão de documentos e avaliação de forma a obter os selos de qualidade, o curso deve ser reconhecido pelo Ministério da Educação ou Conselho Estadual de Educação de São Paulo, e estar em funcionamento há, no mínimo, 10 anos.

"A avaliação será feita pelos membros da Comissão de Educação, sempre em dupla, assessorados por um técnico do Conselho Regional. Será realizada análise documental das instituições inscritas e aquelas selecionadas por critério qualitativo receberão, dentro do número de vagas estabelecido no edital, as visitas in loco. O relatório da Comissão de Educação será submetido, ainda, à Plenária para homologação final", afirma Manhoso.

Para certificação no nível bronze, será exigido o conceito máximo em pelo menos 70% dos indicadores do Instrumento de Avaliação a ser publicado em edital, no nível prata, 80%, e no nível outro, 90%. As avaliações serão feitas a partir de três dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e técnico-administrativo, e infraestrutura.

Imagem traz o modelo dos selos de certificação nos níveis prata, ouro e bronze. O selo é no formato de insígnia, com uma faixa na vertical que traz a logo do CRMV-SP sem o símbolo e uma medalha logo abaixo com o símbolo do Regional ao centro - serpente enrolada em um cajado. Na borda os dizeres: graduação certificada Medicina Veterinária

Certificação será em três níveis: bronze, prata e ouro, com validade de três, quatro e cinco anos, respectivamente

Lançamento do edital

O presidente da Comissão Técnica de Educação, Fábio Manhoso, afirma ter a perspectiva de lançar o edital para o primeiro ciclo de avaliação do Sistema de Certificação durante o II Encontro de Coordenadores de Curso em Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, a ser realizado na capital paulista no dia 28 de abril.

A intenção é apresentar aos coordenadores de curso o instrumento de avaliação e os critérios do processo de certificação em detalhe. "O Conselho está buscando formas e ferramentas de valorizar cada vez o ensino da Medicina Veterinária no estado de São Paulo. O instrumento de avaliação irá estipular os critérios a serem analisados para a certificação, mas também servirá de apoio às instituições, pois traz uma ferramenta de gestão para que os coordenadores possam aprimorar os seus cursos", conclui Manhoso.

ACERVO CRMV-SP

CRMV-SP sedia Seminário Nacional em Saúde Pública Veterinária

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP) sediou, em novembro, o IX Seminário Nacional em Saúde Pública Veterinária e o IX Fórum das Comissões Nacional e Regionais de Saúde Pública Veterinária do Sistema CFMV/CRMVs, organizado pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), em parceria com o Regional. Foram debatidos fatores sanitários relevantes em relação a zoonoses e as suas implicações em uma política de Saúde Única como alternativa para o avanço desse controle.
O IX Fórum fechou a programação do terceiro dia de atividades, quando foram discutidas as propostas de diretrizes para a 17ª Conferência Nacional de Saúde, as quais irão compor a "Carta de São Paulo". Houve votação e eleição também de delegados para representarem os médicos-veterinários na Conferência: 1º Mário Ramos (CRMV-SP); 2ª Mariana Siqueira (CRMV-PE); e 3ª Maria Helena Franco (CRMV-MG). Além de elaboração da "Carta de São Paulo", foi organizado um Relatório Final a ser encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde.

ACERVO CRMV-SP

Comissão de Representantes Regionais tem novo membro

O presidente do CRMV-SP, Odemilsom Donizete Mossero, deu posso a Daniela Scantamburlo Denadai na Comissão de Representantes Regionais do Conselho. A médica-veterinária é a nova representante regional da região de Araçatuba. Márcio Rangel de Mello, presidente da Comissão, deu as boas-vindas à nova integrante.

ACERVO CRMV-SP

Nova integrante toma posse na Comissão de Nutrição Animal

A médica-veterinária Carolina Padovani Pires foi empossada na Comissão Técnica de Nutrição Animal. O presidente do CRMV-SP, Odemilson Donizete Mossero, deu posse à nova integrante, na presença dos membros da Comissão e de Rosemary Viola Bosch, tesoureira do Conselho e presidente da Comissão de Responsabilidade Técnica, da qual Carolina também faz parte. ■

ACERVO CRMV-SP

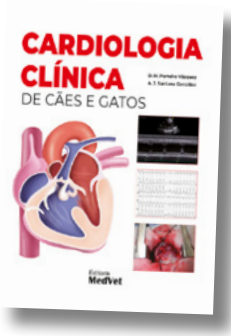
ACERVO CRMV-SP

ACUPUNTURA VETERINÁRIA INTEGRATIVA

Com abordagem prática e geral sobre o mundo da Medicina Veterinária Tradicional Chinesa e de seus pontos de proximidade com as mais diversas práticas ocidentais da Medicina Veterinária, o livro tem o intuito de unir o melhor de ambas as Medicinas, harmonizando e respeitando o aspecto ocidental e oriental, sem pressupostos de superioridade ou relação de excludência para a utilização de uma em detrimento à outra.

Autores: Carolinne Torres Silva Dias e Huber Aristóteles N. Gama Filho
Editora: Payá

CARDIOLOGIA CLÍNICA DE CÃES E GATOS



A Cardiologia é uma especialidade clínica complexa e desafiadora. Por isso, com a finalidade de facilitar a leitura, compreensão e assimilação dos conhecimentos, os autores e colaboradores – médicos-veterinários de referência com vasto conhecimento e experiência clínica na área –, abordam tanto o conteúdo teórico quanto o prático de forma clara e didática.

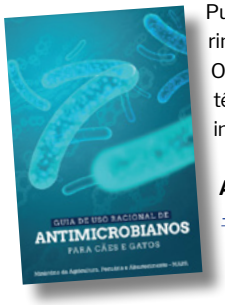
Autores: D. M. Porteiro Vázquez e A. J. Santana González
Editora: MedVet

O USO PRUDENTE E EFICAZ DE ANTIBIÓTICOS NA SUINOCULTURA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA

Lançado pela Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), o livro foi elaborado para contribuir com o debate e com a construção de conhecimentos referentes à resistência aos antimicrobianos nas cadeias produtivas. Em 10 capítulos, são abordados temas desenvolvidos e estruturados adotando uma visão integrada na suinocultura, envolvendo bem-estar animal, biossegurança, programas de vacinação, diagnóstico e monitoramento de doenças e implementação de substitutivos a antibióticos para o fortalecimento da resposta imunológica e equilíbrio da microbiota dos animais.

Acesso à obra: https://abcs.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Livro-ABCS-WEB-1-1_compressed.pdf

GUIA DE USO RACIONAL DE ANTIMICROBIANOS PARA CÃES E GATOS



Publicado no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Guia foi elaborado pelo médico-veterinário Rodrigo Rabelo, sob coordenação do Mapa, em parceria com o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). O manual aborda o uso racional de antimicrobianos no ambiente clínico da Medicina Veterinária, com destaque para resistências bacterianas específicas causadoras de doenças em cães e gatos; além de estratégias de controle e prevenção das infecções; métodos diagnósticos; cães e gatos como hospedeiros de bactérias resistentes; entre outros temas relacionados.

Acesso à obra: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/resistencia-aos-antimicrobianos/publicacoes/livroantimicrobianosv22.pdf

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo

COMUNICADOS

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 121ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP nos autos do Processo Ético-profissional nº 0024/2017 vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária PAULA BARTIÉ LIPPI, inscrita neste Regional sob o nº CRMV-SP nº 35.727-VP, pela violação aos Artigos 1º; 2º; 8º, incisos V e XXXII do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. nº 1.138/2016 - CFMV), cumulada com multa de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 118ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP, nos autos do Processo Ético-profissional nº 0054/2019 vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária CLEONICE MARIA DE MARTIN, inscrita neste Regional sob o nº CRMV-SP nº 04.058-VP pela violação aos Artigos 13, inciso XI e 14, inciso V do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. nº 722/2002 - CFMV), cumulada com multa de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo, órgão de fiscalização do exercício profissional, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 5.517/1968, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/1969, consoante à decisão proferida pelo Plenário da 109ª Sessão Especial de Julgamento do CRMV-SP nos autos do Processo Ético-profissional nº 0076/2018 vem executar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, EM PUBLICAÇÃO OFICIAL com fundamento no Art. 33, alínea "c" da Lei Federal nº 5.517/1968, aplicada à médica-veterinária BRUNA HELENA FIORAVANTE TEIXEIRA, inscrita neste Regional sob o nº CRMV-SP nº 27.101-VP, pela violação aos Artigos 1º; 6º, inciso I e 9º, inciso I do Código de Ética do Médico-veterinário (Res. nº 1.138/2016 - CFMV), cumulada com multa de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Méd.-vet. Odemilson Donizete Mossero
CRMV-SP nº 02.889
Presidente

Outubro a Dezembro de 2022	Resumo (R$)
SALDO BANCÁRIO INICIAL	43.188.046,97
Receitas	
Anuidades Pessoas Físicas/Jurídicas	2.796.870,89
Multas p/ Infração	30.111,86
Honorários Advocatícios	144.296,42
Ressarcimentos	71,00
Rentabilidade Aplicações	1.233.618,56
Total Receitas	**4.204.968,73**
Despesas	
Salários/Férias/13º Salário	2.554.302,35
Benefícios/Encargos	1.657.416,16
Material de Consumo	12.696,80
Aluguéis/condomínios/IPTU/Seguros	421.037,19
Telefone/Energia Elétrica/Água	45.007,23
Diárias Dir/Cons/Assess/Servidores	557.383,62
Desp. Transp. Dir/Cons/Ass/Servidores	222.487,18
Auxílio Representação	1.800,00
Auxílio Despesas	36.258,00
Serviços de Terceiros	143.487,48
Manutenção e Conservação de Bens	1.296.208,75
Suprimentos Delegacias e Fiscais	3.288,68
Serviços de Informática	390.843,36
Indenizações e Restituições	10.363,02
Repasse Honorários Advocatícios	79.643,32
Desp. Ações Executivas	23.569,02
Serviços Postais e Telegráficos	69.286,61
Serviços Divulgação e Publicidade	94.856,43
Impostos, Taxas, Tarifas, Pedágio	-
Assinaturas e Periódicos	-
Convênios	54.555,00
Cota Parte CFMV	735.372,39
Despesas Bancárias	24.565,27
Compra de Bens	59.999,84
Total Despesas	**8.494.427,70**
SALDO BANCÁRIO FINAL	38.898.588,00
Composição Saldo Bancário	
Bco Brasil - BB CDB DI	19.976.458,56
BB - Arrecadação Bancária	-
BB - Conta Movimento	825,00
BB - Conta Multas	-
BB - Conta Honorários	61.789,96
CEF - CDB FLEX	18.820.301,08
CEF - Santa Cruz	39.213,40
Total	**38.898.588,00**

ANUIDADE
2023

Agora é 100% digital

Acesse seu boleto
de onde estiver na
SIG CRMV-SP

Facilidade e praticidade na palma da sua mão!

CLIQUE NO BOTÃO DA ANUIDADE 2023 NO SITE DO CRMV-SP

Acesse aqui os serviços: